INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 17 – Nº 1 – 15 DE JANEIRO DE 1997 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



Preços da terra no Brasil

Coco — importações até da Suíça

Política agrícola — por uma visão sistêmica

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
ISSN 0100-4298
00001 >
7701004299971

BANCO DE DADOS
DATABANK

O Banco de Dados é um núcleo de prestação de serviços de informação econômica.

Serviços

ARIES ON-LINE
Acesso a séries históricas através da Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

CONJUNTURA ELETRÔNICA
Fornecimento em disquete de séries históricas com sistema de recuperação.

ARIES AVULSO
Atendimento via fax ou e-mail a solicitações que vão de um único dado até pesquisas sobre temas específicos.

ARIES ALERTA
Disseminação automática de dados escolhidos pelo cliente.

CÁLCULOS FINANCEIROS
Atualização de valores segundo diferentes índices, taxas, prazos e cláusulas contratuais.

The Databank is a provider of different kinds of information services.

Services

ARIES ON-LINE
Access to time series through the Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

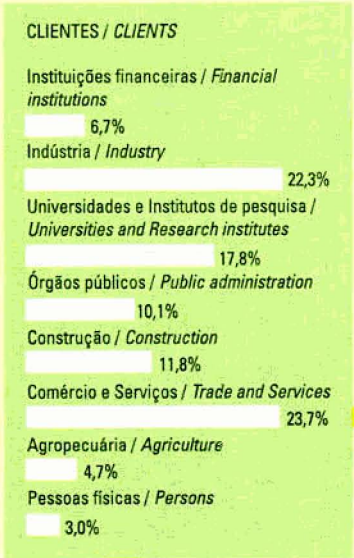
CONJUNTURA ELETRÔNICA
Time series on diskette including retrieval system.

ARIES HARD COPY
Fax or e-mail answers to data requests ranging from a single information to specific searches.

ARIES ALERT
Automatic update of time series previously chosen by the client.

FINANCIAL CALCULATIONS
Time value of money according to different indexes, interest rates, periods and contractual clauses.

CLIENTES / *CLIENTS*

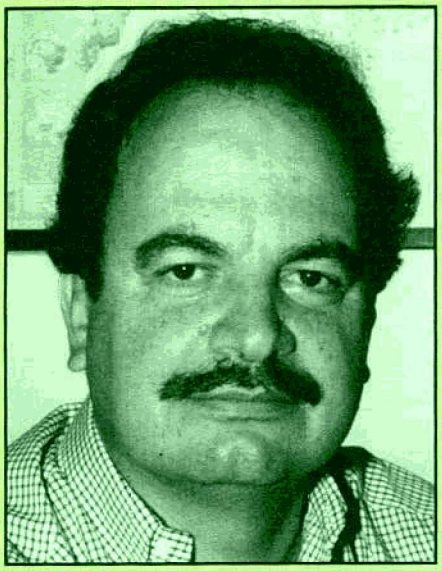


FGV/IBRE/BANCO DE DADOS
Praia de Botafogo 190 sala 830 CEP 22253-900 Rio de Janeiro RJ
Tels (021) 551-9099 / 536-9346 Fax (021) 536-9486 E-mail: bdados.fgvrj.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A volta do censo agropecuário



Lenildo Fernandes da Silva

Na Antigüidade, os governantes realizavam o censo para saber de quantos homens dispunham para a guerra e de quem poderiam cobrar impostos para financiá-la. Hoje, as necessidades, assim como as guerras, são outras, mas a importância desse mapeamento só aumentou. Após mais de 10 anos, o Brasil volta a realizar seu censo agropecuário. Por R$130 milhões e utilizando um exército de mais de 100 mil recenseadores, o IBGE concluiu, em dezembro, a fase de coleta de dados. Enquanto as informações são esquadrinhadas, o coordenador dessa megaoperação, Lenildo Fernandes da Silva, diretor de Pesquisas do IBGE, traça nesta entrevista um quadro das pesquisas relativas à agropecuária no Brasil e no Mercosul, comenta as nuanças desse censo e adianta em primeira mão novidades que as informações iniciais começam a revelar.

■ *O censo está sendo realizado com um intervalo de mais de 10 anos em relação ao anterior, e a ansiedade pelos resultados é grande. Qual a previsão para a divulgação desses resultados?*

— Estimamos que em seis ou oito meses o censo esteja todo apurado e já haja condições de fazer a divulgação geral de seus resultados.

■ *No censo há uma mudança do período de referência, que passa do ano civil para o ano agrícola.*

— Cabe esclarecer que o IBGE já fez censos agropecuários tendo como data de referência o ano agrícola. A partir dos anos 70 é que passamos a trabalhar com o ano civil. Isso não é novo no IBGE.

■ *Mas por que voltar agora a tomar o ano agrícola como referência?*

— Por vários fatores. Primeiro porque já existia uma tendência interna forte para trabalhar com o ano agrícola para facilitar a obtenção de informações. Quando utilizávamos o ano civil, os dados coletados (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) misturavam informações de duas safras. Como boa parte dos agricultores não tem registros contábeis e as informações acabavam sendo fornecidas de memória, era natural que se misturassem gastos de uma safra com produção de outra.

Em que pese à conveniência de transferir o período de referência do censo agropecuário para o ano agrícola, só agora isso foi feito, em virtude da decisão de, com vistas à redução dos custos, realizar-se a coleta conjunta no meio rural das informações de contagem populacional e do ano agropecuário. Na negociação com o governo, ficou claro que não teríamos recursos para viabilizar a realização da contagem e do censo agropecuário separadamente. Se não o fizéssemos agora, não haveria garantias de quando poderíamos conseguir recursos para o censo agropecuário. Foi pegar ou largar: existiam recursos disponíveis, contanto que as operações fossem casadas. Em função disso, decidimos fazer o censo, até porque o país está sem informações censitárias em relação à agropecuária desde 1985.

■ *Embora haja vários argumentos favoráveis a essa alteração, será possível fazer comparações entre o novo censo e os anteriores?*

— As variáveis estruturais estão sendo tomadas com a mesma data de referência dos censos anteriores. Já as variáveis de fluxo, ligadas à produção, obviamente são levantadas em períodos diferentes dos anteriores. Mas isso não deve na verdade trazer grandes dificuldades, porque existem procedimentos estatísticos que tor-

nam possível conciliar essas alterações.

■ *Os demais censos econômicos foram substituídos por um censo cadastral. Há planos de fazer o mesmo com a agropecuária no futuro?*

— Os censos econômicos de indústria, comércio, serviços, transporte e construção não serão mais realizados da forma tradicional. Essa é a tendência internacional. Censos tão abrangentes, do ponto de vista espacial, temático e das unidades informantes são cada vez mais impraticáveis. Por vários motivos. Uma operação muito complexa acaba causando um impacto nas instituições produtoras de informações. Isso sempre gera problemas sérios do ponto de vista da disponibilidade de recursos e de recrutamento de pessoal; acaba afetando o conjunto das outras produções regulares de informação, além de custar muito caro. Exige, ademais, uma logística comparável à preparação de uma operação de guerra. Além do mais, essas investigações exaustivas demoravam muito para ser apuradas e divulgadas, e ficavam tão defasadas em relação à ocorrência do evento investigado que deixavam de ser informações importantes do ponto de vista das decisões a curto e médio prazos. Por isso mesmo, os países optaram por não realizar grandes operações, passando à construção de um cadastro central e, a partir daí, a realizar anualmente pesquisas de atualização cadastral. Ou seja, o censo temático foi substituído por um censo cadastral, que se mantém atualizado através de pesquisas periódicas e de registros administrativos. Existem vários desses registros que podem contribuir para a atualização do cadastro. Assim, é possível desenhar pesquisas mensais e anuais muito mais atualizadas, do ponto de vista do cadastro e da classificação de atividades, e mais ágeis no que respeita à divulgação de resultados. Antes, era necessário esperar a apuração de todo o censo para fazer a revisão do cadastro e da classificação. Como o censo demorava a ser apurado, tínhamos uma informação defasada, o que afetava a própria revisão das pesquisas estruturais e anuais, cujas amostras dependiam do cadastro e da classificação derivada do censo.

Transferimos o período de referência do censo agropecuário para o ano agrícola e reduzimos os custos, realizando a coleta conjunta, no meio rural, das informações de contagem populacional e do ano agropecuário.

■ *E em relação à agropecuária?*

— Nessa área temos uma certa dificuldade de fazer isso, pois não há registros administrativos suficientes. Se na indústria, no comércio e nos serviços, além da pesquisa cadastral, podemos nos valer do cadastro da Receita Federal, da Rais do MT ou do registro nas juntas comerciais. Na agropecuária isso é muito mais difícil. Muitos dos estabelecimentos agropecuários não são propriedades formalmente constituídas, mas unidades de produção de duração breve, sem localização definida e que na maioria das vezes não têm razão social. Apesar das dificuldades, não vamos continuar fazendo censo agropecuário no ano 2000 da mesma forma que hoje. Provavelmente, este é o último censo tradicional que realizamos no IBGE. Para o ano 2000, esperamos trabalhar com duas alternativas. Uma delas é investigar apenas algumas variáveis estruturais básicas — como tamanho e posse da propriedade, uso da terra ou número de pessoas ocupadas —, através de uma pesquisa de caráter censitário e, no que diz respeito às demais variáveis, trabalhar com amostras de áreas. A outra alternativa seria utilizar questionários diferenciados por tipo de atividade, por tamanho de estabelecimento etc.

■ *Os resultados de uma pesquisa amostral são confiáveis?*

— A ciência estatística está muito avançada no tratamento de amostragens, que não põem em risco a produção de resultados de qualidade. Aliás, risco hoje é gastar dinheiro público com investigações universais quando se dispõe de instrumentos científicos suficientes para realizar investigações de muito boa qualidade por meio de amostras.

■ *Qual a sua avaliação do trabalho de coleta de dados e quanto tempo se gasta nessa operação?*

— A coleta de informações censitárias é uma operação complexa, de grande envergadura. Num curto período de tempo, temos 110 mil pessoas nas ruas colhendo informações tanto num apartamento na avenida Atlântica, quanto numa propriedade rural no estado do Rio Grande do Sul ou numa cabana no interior da Amazônia. A logística é muito complicada: os recenseadores vão a pé, de carro, de ônibus, avião, burro ou mesmo de canoa. Mas as dificuldades que vimos enfrentando já eram esperadas: temos uma experiência de 60 anos realizando operações como essa. Já temos mapeadas as questões mais relevantes. A fase dura mais ou menos quatro meses.

■ *Pode-se esperar que as informações do atual censo estejam disponíveis*

mais rápido do que nos censos anteriores?

— Sim. Entramos no censo com o sistema de apuração desenhado, já concebido e desenvolvido, diferentemente dos anos anteriores, quando a apuração era centralizada no Rio de Janeiro. A apuração descentralizada, em 20 unidades regionais do IBGE, vai agilizar fantasticamente a divulgação dos resultados.

A apuração descentralizada, em 20 unidades regionais do IBGE, vai agilizar fantasticamente a divulgação dos resultados.

■ *O IBGE realiza outras pesquisas importantes na área de agropecuária. Fale um pouco sobre elas.*

— O IBGE tem um grande número de pesquisas sistemáticas em agropecuária: o censo, o núcleo central da produção de informações nessa área, e pesquisas anuais (estruturais) e mensais (conjunturais). A pesquisa agrícola municipal, por exemplo, de periodicidade anual, levanta informações de lavouras no âmbito municipal para todo o país. O mesmo ocorre em relação à pesquisa da pecuária municipal, que também tem o censo como fonte de referência importante. Temos também pesquisas anuais de extrativa vegetal e silvicultura, pesquisas semestrais de estoque para todo o país. Além das pesquisas anuais temos as mensais. A principal delas, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), produz um indicador de curto prazo relativo ao comportamento da produção agrícola brasileira, pela previsão de safras em todo o país. Afora o LSPA, há a pesquisa sobre abates, uma amostra para o Brasil, cuja finalidade maior é contribuir para a construção das Contas Nacionais. Estamos passando por um processo de revisão dessa pesquisa, tentando buscar um nível de desagregação maior das informações que ela produz. Temos a pesquisa de ovos, de coleta trimestral e informações mensais, um painel que cobre mais de 90% da produção em todo o Brasil. Pela pesquisa sobre leite, acompanhamos mensalmente a produção das usinas de beneficiamento de leite em todo o país. Outras pesquisas auxiliares: couro, que servirá inclusive de subsídio para a reformulação da pesquisa de abates, porque com ela podemos levantar o efetivo dos animais abatidos e, através de coeficientes técnicos — como o perfil da estrutura etária —, derivar informações de boa qualidade na área de produção de animais. Com a pesquisa sobre soja, para testar os resultados do LSPA com pesquisas objetivas, estamos levantando itens como exportação de grãos, esmagamento, produção de óleo e farelo, podendo assim avaliar os dados anteriores. Mas como ao longo dos anos esse levantamento revelou que os dados do LSPA são de boa qualidade, provavelmente desativaremos essa pesquisa.

Uma outra pesquisa em andamento utiliza imagens de satélites e dados de sensoriamento remoto. Além de cara, adapta-se mais a culturas de grande densidade e forte concentração espacial. Quando a área é de um *mix* de produtos (policultura), como por exemplo Santa Catarina, ela perde a sua qualidade enquanto pesquisa de previsão de safras, e é mais apropriada à avaliação da produtividade, dos padrões tecnológicos e das práticas agrícolas.

■ *O senhor acredita que a previsão de safras através de métodos objetivos (sensoriamento remoto) é viável num país com estas dimensões e diversidades climáticas e ecológicas?*

— A dificuldade para sua aplicação não é particularidade do Brasil. Em nenhum país ela é utilizada de forma sistemática como uma pesquisa de previsão de safras que dê conta de todas as necessidades de informações com essa finalidade.

■ *O acompanhamento das lavouras (LSPA) é bastante eficiente e tempestivo; já as pesquisas relativas ao acompanhamento da produção de origem animal deixam a desejar. Não há desdobramentos estaduais e sua divulgação é feita com muita defasagem. Por quê?*

— No caso da produção de informações das lavouras, começa-se com a Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias (Comea). Temos em vários municípios brasileiros um conselho, onde congregamos o agente do IBGE, o chefe da agência e o chefe da carteira de crédito rural do Banco do Brasil, uma pessoa da cooperativa, do sistema de extensão rural da região, o principal vendedor de insumos, entre outros, e a partir daí vão surgindo informações a respeito da safra e dos principais produtos de cada área. Em algumas regiões, também contamos com a Comissão Regional de Estatísticas Agropecuárias (Corea), sob a forma de comissões regionais com as mesmas características, e depois essas informações vão sendo agregadas pelo Grupo de Coordenação e Estatísticas Agropecuárias (Gecea) em nível de estado, com participação dos principais órgãos estaduais públi-

cos e privados ligados ao setor. As informações são regularmente repassadas ao Rio de Janeiro, para a reunião mensal da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — Cepagro —, que faz a avaliação e a validação dos dados em âmbito nacional. Aí já contamos com a participação de técnicos de várias áreas do IBGE, do Ministério da Agricultura, da Conab e outras instituições convidadas, como do Centro de Estudos Agrícolas — CEA — da Fundação Getulio Vargas. No caso das informações da área de produção animal, trabalhamos com amostras e painéis, a partir dos quais realizamos investigações *in loco*. Vamos a campo coletar as informações, o que obviamente implica defasagens no fechamento da coleta, de tratamento das informações e até de divulgação. Essa defasagem poderia ser reduzida com a agilização desse processo, mas em que pese todo o esforço desenvolvido pelo IBGE através dos anos, é preciso lembrar que éramos 14 mil pessoas, em 1990, e hoje somos menos de 9 mil em todo o Brasil. Cada vez mais a gigantesca operação de levantamento de informações se torna uma questão complicada. Temos investido muito em mudanças de procedimentos metodológicos e tecnológicos que aumentem a produtividade e a eficiência das informações, mas isso tem um limite. Se não houver reposição de pessoas do quadro do IBGE, teremos sérios problemas para produzir essas informações. Espero que as providências que estão sendo tomadas não deixem que se chegue a esse ponto.

■ *O armazenamento é uma das fases básicas da atividade do agribusiness, e o IBGE realiza uma pesquisa de estoques. Por que esses dados são tão pouco divulgados?*

— Os dados não são pouco divulgados. Tentamos fazer essa pesquisa três vezes ao ano, mas como vimos que isso seria inviável, começamos a fazê-la de seis em seis meses. E como nessa questão de estoques os dados servem para decisões de curto prazo, e o estoque está mudando a cada momento, é preciso divulgar os resultados muito próximo da ocorrência da medição. Talvez mais importante do que entendê-la como pesquisa para decisões de curto prazo seja acompanhar as séries dessas informações juntamente com as de produção, consumo, industrialização, exportação, importação, preços etc., e tentar inferir subsídios para as políticas agrícolas. Gostaríamos de disponibilizá-las a curtíssimo prazo, em cima da ocorrência do evento. Mas a amplitude da pesquisa, tanto espacial como quanto ao número de informantes, e a fase de crítica e processamento das informações acabam gerando certa defasagem na divulgação. Seria necessário dispor de coleta eletrônica de grande capacidade e crítica instantânea, para divulgá-las em curto prazo. Um investimento que não é simples. Se estivéssemos pesquisando apenas os armazéns oficiais, os armazéns das principais redes de distribuição e dos principais atacadistas brasileiros, seria bem mais fácil. Só que existem também os produtores, seus silos e armazéns etc.

■ *E as novidades do censo?*

— Em primeira mão, a principal novidade — pelo menos até agora, pois ainda podem surgir outras — é a diminuição significativa do número de estabelecimentos agropecuários: devemos ter uma redução de 35% de unidades no Nordeste, 20% no Sul e 30% para a média do Brasil. Isso não significa que haja uma subenumeração por parte do IBGE. Até porque já verificamos que estamos obtendo uma área cultivada maior do que a verificada em censos anteriores.

O censo temático foi substituído por um censo cadastral, que se mantém atualizado através de pesquisas periódicas.

■ *O que está por trás dessa diminuição?*

— Especulando sobre três questões que poderiam estar relacionadas a isso, eu falaria primeiro da mudança da data de referência das informações. Dependendo do momento em que se faz a coleta de dados — e a iniciamos em agosto, quando em censos anteriores iniciamos em janeiro —, deixam de ser captadas determinadas unidades temporárias de produção. Como se trata do ano agrícola, a investigação em várias áreas é feita em períodos de entressafra, deixando de fora os estabelecimentos agropecuários que não são propriedades, mas unidades de produção constituídas ao longo da safra.

Um outro fator é o processo de concentração de áreas, experimentado de 1985 para cá, que obviamente deve ter aumentado o tamanho médio das propriedades. O sul do Maranhão é um exemplo típico de processo extremamente acentuado de incorporação e concentração de áreas.

A continuação, embora em ritmo mais lento, do processo de migração rural-urbana em algumas situações também pode ter contribuído. E boa parte das pes-

soas que permaneceram, principalmente idosos — os filhos migraram —, agora tem acesso ao Funrural, e cessaram suas precárias atividades econômicas. Essas são algumas pistas iniciais. Existem, evidentemente, várias outras que dependerão da apuração de todos os dados para podermos realizar análises mais aprofundadas.

■ *A produção do Mercosul já foi objeto de um levantamento estatístico, cujo primeiro número coube ao IBGE editar; mas deveria haver outros, que seriam publicados pelos países parceiros em sistema de rodízio. Foram feitos?*

— O Brasil editou o primeiro levantamento em 1992 e o segundo foi publicado no mês passado pela Argentina. O levantamento é importante porque consolida um conjunto de informações relevantes no âmbito do Mercosul; é como um anuário estatístico da região. Mais importante ainda é destacar o fato de que os países do Mercosul realizam os seus censos com base no ano agrícola. Isso quer dizer que o nosso censo está ajustado para a inserção do Brasil nesse bloco. Os órgãos de estatística dos países do Mercosul vêm fazendo um esforço sistemático para harmonizar suas informações. Eles estão formando uma base de dados e buscando padronizar seus procedimentos metodológicos. Aliás, devemos assinar no ano que vem um convênio com a Comunidade Européia para desenvolver um trabalho estatístico de padronização, visando a unificar a produção de informações na região do Mercosul. É um convênio de três anos de duração e recursos da ordem de 6 milhões de ECUs, a moeda da Comunidade, sendo 4 milhões desembolsados por eles. Já incorporamos inclusive a participação dos presidentes dos órgãos de estatística do Chile e da Bolívia na última reunião realizada no IBGE, em dezembro, que contou também com a presença do pessoal da Europa.

■ *Já se pensou em realizar algum tipo de censo agropecuário para o Mercosul, ou em definir uma simultaneidade nas pesquisas de campo que esses países realizam sobre suas lavouras e agroindústrias?*

— Creio que todos esses países realizam pesquisas mensais sobre lavouras e agroindústrias. Há uma pesquisa mensal de acompanhamento de conjuntura e uma pesquisa anual de acompanhamento de estrutura. Adicionalmente, no caso da agropecuária, pode-se ter o censo, cuja periodicidade é diferente entre os países. É lógico que seria interessante que todos os países realizassem seus censos simultaneamente, só que, entre desejo, necessidade e efetividade, vai uma distância muito grande. Trata-se de operações muito caras, e os países não têm conseguido manter uma periodicidade sistemática dessas investigações censitárias.

A principal novidade do censo é a diminuição do número de estabelecimentos agropecuários: devemos ter uma redução de 35% no Nordeste, 20% no Sul e 30% para a média do Brasil.

■ *Que lhe parece a idéia argentina de cobrar uma taxa de estatística, para reformar seu sistema oficial de estatística?*

— Confesso que não gosto da idéia. Se a produção de informações é algo que conta e se isso é importante em todo o país, que se fortaleçam os órgãos responsáveis. Que os recursos saiam do orçamento do Estado como uma decisão política, tomada muito claramente. Prefiro que seja assim.

■ *Mas o que aconteceu na Argentina?*

— O sistema estatístico da Argentina vinha passando por uma crise violenta, e foi sucateado nos últimos anos. Sei que alguma coisa melhorou recentemente, embora não possa avaliar a extensão das mudanças. Nem se isso ocorreu por aporte de recursos, se foi uma questão gerencial ou ambas combinadas.

■ *Como se encontra o Brasil no que diz respeito a técnicas e disponibilidade da informação ante os parceiros do Mercosul?*

— Eu diria que vai bem. Nosso censo é de boa qualidade, exaustivo, e estaremos extremamente atualizados num momento importante. Tais informações são indispensáveis para a discussão do processo de inserção do país nos diversos blocos econômicos, além das questões de política agrícola e agrária. Estamos vivendo o momento da consolidação de uma nova política agrícola para o país, além da discussão e da tentativa de consolidar uma nova política agrária. Além do mais, temos um elenco amplo de pesquisas anuais e mensais, algumas passando por importantes reformulações, o que nos deixa tranqüilos quanto a estarmos cumprindo adequadamente nosso papel de produtor de informações.

Entrevista de Luís Martins

CARTAS

Heraldo Muñoz

Tendo tomado conhecimento da entrevista realizada com o senhor Heraldo Muñoz, embaixador do Chile, venho manifestar meu interesse em receber tal matéria e sinto-me lisonjeada em saber que posso contar com sua colaboração.

Aproveito a ocasião para desejar-lhes um próspero 1997.

Atenciosamente,

Jacqueline Del Pilar Contreras Ferraz
Vale do Rio Doce Navegação S.A.
Docenave
Rio de Janeiro, RJ

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@sede.fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho), Eliana C. B. L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Luciana de Sousa Martins, Rakel Lima dos Santos, Renê Bertin, Rogério Ferreira de Souza.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgvrj.br

Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720; 252-9074 e 536-9269 — Fax: (021) 221-5984; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV

Editora executiva: Alzira Alves de Abreu

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.

Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.

Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.

Assinaturas: José Milton Gondim

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Lenildo Fernandes da Silva**

6 **Cartas**

8 **Especial: Uma visão sistêmica para a política agrícola**
Luiz Antônio Pinazza

10 **Especial: China — para onde vai a agricultura? — IV**
Maria José Cyhlar Monteiro

12 **Especial: Produtos lácteos — insumos argentinos em Minas?**
Renata Akemi de Carvalho Sato, Ricardo Pereira Reis e Antônio João dos Reis

15 **Pesquisa: Álcool automotivo e mudanças climáticas**
Suzana Kahn Ribeiro

18 **Conjuntura do agribusiness:**

18 **Preços de terra — uma queda esperada**
Maria José Cyhlar Monteiro

23 **Frango — crescendo em qualidade**
Irene Raguenet Troccoli

25 **Coco — yes, nós importamos coco da Suíça**
Eliana Conde Barroso Leite Viglio

29 **Trigo — trigo bom e barato**
Fernando Roberto de Freitas Almeida

30 **Indicador do milho — FGV-BM&F preços continuam em queda**
Irene Raguenet Troccoli, Edgar Costa Filho e Rogério Ferreira de Souza

32 **Índice FGV/ABAG**

33 **IBGE — síntese estatística**

34 **Oferta e demanda**

36 **Estatísticas agropecuárias**

42 **Panorama agropecuário**

46 **Panorama internacional**

48 **Janela aberta**

Feliz 1997
1996 foi um bom ano para a agricultura brasileira?

Não, responderia de pronto e com ênfase a grande maioria dos que empreendem na agricultura. Afinal, a safra de 1996 foi relativamente curta. A crise da dívida inviabilizou a tomada de recursos novos para a esmagadora maioria dos produtores rurais. E a comercialização da supersafra de 1995 foi caótica. A âncora verde foi extremamente pesada a quem coube sustentá-la. Com o crédito escasso e caro, sem recursos próprios, a área plantada caiu um pouco. Não caiu muito mais porque não há alternativa senão plantar, para quem é agricultor profissional. Se parar de pedalar a bicicleta, o tombo é certo. Pior aconteceu no Sul, onde a seca destruiu boa parte dos contados recursos que o agricultor aplicou na terra.

O ano até que começou bem. Até pouco tempo, a imagem do agricultor não era das melhores, na mídia, na opinião pública urbana e no discurso oficial. Ao menos esse último moderou o tom. E a agricultura voltou a ser referida pelo governo como uma atividade empresarial caracterizada pelo elevado risco do empreendimento. Estava aberta a porta para uma negociação mais séria da dívida agrícola. Logo depois, surgiu o reconhecimento de que os preços agrícolas em muito contribuíram para o sucesso inicial do Plano Real. Em 1996, seria diferente; os preços agrícolas subiriam, contribuindo para uma desejável recuperação da renda do setor. No plano externo, as cotações de diversas commodities batiam seguidos recordes históricos, movimento logo abortado quando conhecidas as intenções de plantio nos EUA. De fato, os preços agrícolas melhoraram; a renda agrícola também logrou alguma recuperação. Tudo em dimensão bem menor do que a imaginada inicialmente. Câmbio sobrevalorizado e juros reais recordes impediram resultados melhores.

E não foi só isso. Em 1996, o setor agrícola brasileiro experimentou talvez a sua mais expressiva desvalorização patrimonial. A conjugação de alguns fatores estimulou a oferta continuada e crescente de terras, e o preço da terra só fez cair ao longo do ano. No final de 1996, o governo fez aprovar a nova lei de ITR, muito justa se o objetivo de política for reunir recursos para financiar a reforma agrária, essa também perfeitamente defensável do ponto de vista social. O novo ITR gerará recursos e, de quebra, empurrará os preços da terra ainda mais para baixo, reduzindo os custos das desapropriações. As conclusões são bem diferentes se os objetivos de política forem a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, a adoção de padrões tecnológicos superiores, o aumento da renda e do emprego.

Apesar disso tudo, *Agroanalysis* ousa dizer que 1996 foi um bom ano para a agricultura. Todos os aspectos negativos acima referidos são inegavelmente verdadeiros. A renda agrícola, por exemplo, melhorou menos do que se desejava; mas melhorou. A securitização da dívida não obedeceu a critérios muito justos, propostos por alguns; mas foi a solução, ainda que parcial, de uma pendenga que durava há anos. Os recursos para financiamento permanecem escassos e caros; mas os novos instrumentos de financiamento, como a CPR, ganharam novos participantes. Muitos produtores foram forçados a vender suas áreas para honrar compromissos; os que permaneceram são mais competitivos, mais capazes de empreender uma agricultura competitiva, moderna. A produção agrícola permanece onerada por impostos exagerados e injustos, principalmente quando cotejados aos subsídios praticados nas nações ricas; mas foi suspensa a incidência do ICMS nas exportações agrícolas e de semiprocessados. A política agrícola foi pouco efetiva em seu antigo objetivo de assegurar estabilidade de renda à agricultura; esse objetivo já pertence ao passado. A boa notícia é que hoje o governo se afasta, cada vez mais e de forma consistente, dos negócios agrícolas.

1996 não foi mesmo um ano confortável para a agricultura brasileira. Mas pode ter sido o ano da virada. O ano em que diversos avanços — alguns simbólicos, cujos efeitos sobre a renda ainda levarão tempo para se materializar — foram alcançados. 1996 pode vir a ser um marco. O ano em que as coisas finalmente começaram a acontecer. Bom 1997!

No último dia 14, completamos um ano sem a presença do nosso querido Ney Bittencourt de Araújo. Saudades.

Uma visão sistêmica para a política agrícola

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Os EUA revelam cifras surpreendentes sobre sua agricultura, que é de longe a mais vigorosa do mundo. A relação entre o tamanho do faturamento e o montante da dívida do setor é um dos aspectos que mais chamam a atenção. A cada ano, os norte-americanos geram uma produção da ordem de US$170 bilhões e carregam uma dívida de quase US$150 bilhões. A relação dívida/faturamento chega perto de 90%. Diante desses números, a comparação com o Brasil é inevitável e imediata, e a pergunta oportuna logo aparece: se o débito da agricultura nacional é inferior a 25% do seu faturamento, que ultrapassa US$65 bilhões, por que então seus produtores padecem tanto em termos econômicos e financeiros?

Para a magnitude de seu passivo descoberto, é incompreensível a agonia vivida pelo agricultor brasileiro, atado à camisa-de-força de uma dívida de curto prazo e alto custo. Toda safra de verão é uma angústia que vai desde a tomada e a liberação do custeio em tempo hábil, em setembro e outubro, até a entrada de receita com a venda da colheita, para o pagamento do crédito em abril e maio.

A queda nas exportações e os aumentos nas importações no agribusiness explicam em boa parte o desequilíbrio no crescimento do déficit comercial do país em 1996.

Completamente vulnerável e sem alternativas, o produtor é inserido nesse processo sem mecanismos de defesa, quer contra o risco de produção, quer contra o risco de preços no mercado interno e externo. O ciclo vem se repetindo a cada ano, o que inviabiliza econômica e financeiramente qualquer ânimo de produção. A queda nas exportações e os aumentos nas importações no agribusiness explicam em boa parte o desequilíbrio das contas externas e o crescimento do déficit comercial do país em 1996.

Reverter tal ordem de coisas é complexo, pois é necessária uma visão sistêmica do agribusiness para que seja possível implementar instrumentos de custeio, investimento e comercialização das atividades agropecuárias. Uma nova cultura de gestão na política envolve uma orientação mais agressiva para o agribusiness do que para a agricultura, em função da independência e integração entre os elos da cadeia.

Na verdade, o agribusiness nacional possui bons músicos (tomadores de decisão da iniciativa privada e governo) e bons instrumentos (empresas e organizações), mas cada um segue uma pauta diferente: a percussão, o sopro e as cordas não entram em sintonia e a orquestra desafina. Faltam maestros para ditar os ritmos e as notas que todos devam seguir.

Para o sistema de alimentos, fibras e biomassa, é vital a estabilidade de renda da agricultura, já que uma oscilação de renda, que primeiro cai com virulência sobre o agricultor, se arrasta depois para a cadeia. O objetivo da estabilização da renda requer a construção de uma política integrada que leve em conta cinco pontos básicos:

- a modernização da lei de armazenagem, com alteração do Decreto-lei nº 1.102, de 21-11-1903;
- a montagem de um sistema moderno de classificação, armazenagem e arbitramento de produtos;
- a oferta de seguro com enfoque em novas tecnologias de gestão e redução de riscos no agribusiness, desde a recepção e guarda de insumos, defensivos, sementes, fertilizantes, combustíveis até a fase de plantio e colheita, transporte, tratamento e armazenagem;
- o entrosamento entre as bolsas de físico e futuro para organizar mercados, formar preços com maior transparência, normatizar negociações, arbitrar divergências e ser fonte segura de informações, dentre outras;
- o estabelecimento de *funding* e instrumentos como alocadores de recursos para a agricultura, tais como os fundos de commodities, recursos externos, fundos constitucionais, exigibilidades dos agentes financeiros, *mix* de recursos etc.

Durante 1994 e 1995, a Associação Brasileira de Agribusiness e a Sociedade Rural Brasileira, presididas respectivamente por Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues, deram um passo substancial nesse sentido. Depois de aglutinar importantes personalidades do governo e da iniciativa privada do agribusiness nacional, condensaram uma

massa crítica excepcional de informações no Projeto de Modernização do Financiamento da Produção e Comercialização de Produtos Agropecuários.

Em 1996, três grandes fóruns desenvolveram esforços para a montagem de uma política agrícola para o Brasil: Fórum Nacional da Agricultura; Fórum Replantar Brasil e Fórum dos Secretários Municipais da Agricultura.

Espera-se que a pauta para 1997 seja de convergência e busca de consenso. Uma articulação entre os três fóruns junto com a Abag, em torno do Projeto de Modernização, será fundamental. A tarefa é de remover montanhas. De acordo com o provérbio chinês, mais do que nunca é bom lembrar que a jornada, apesar de ser de mil milhas, começou com um único e simples passo há dois anos. Na época, parecia uma inciativa quixotesca contra moinhos de vento. De lá para cá, o processo saiu da estaca zero e evoluiu, mas seu esquecimento jogará por terra um avanço como o agribusiness nacional jamais havia conseguido.

O desafio consiste agora em recuperar a visão compartilhada das cooperativas, agroindústrias, agentes financeiros, seguradoras e bolsas, em torno do referido projeto, para a seguir partir rumo a ações mais concretas. De onde virá porém a força para essa mobilização?

Na força do processo de globalização, o agribusiness brasileiro está tendo de conviver com medidas de abertura de mercado e de estímulo à competição. O quadro atual é de fragilidade. O mercado doméstico não pode continuar sendo um mero tomador de preços, principalmente da Bolsa de Chicago e da Bolsa de Nova York, nas commodities agropecuárias. Do mesmo modo, a diplomacia não pode carecer de elementos de defesa contra a fúria dos ataques neoprotecionistas dos países concorrentes agroexportadores, ligados a barreiras não-tarifárias, do tipo sanidade vegetal e animal, desenvolvimento sustentável (impacto ambiental) e *dumping* social.

Enfim, o contexto deste final dos anos 90 é muito diferente daquele das políticas agrícolas saudosas dos anos 60 e 70, baseadas na receita de crédito farto e barato para a agricultura. A orientação era para a produção e obedecia à linha de raciocínio da Revolução Verde. Agora, só isso não basta, pois todo o agribusiness está envolvido. Para construir uma política que atenda a essa realidade, serão necessários homens que acreditem no discurso de Juscelino Kubitschek: "o Brasil é tão grande que pode fazer suas próprias leis econômicas".

Luiz Antônio Pinazza é gerente de Negócios da Agroceres, professor convidado do Pensa/USP e da Escola Superior de Propaganda e Marketing, além de colaborador de Agroanalysis.

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE:

GERENTE COMERCIAL:
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

RIO DE JANEIRO:
LPA Comunicações Ltda.
Leopoldo P. Amorim
Rua da Glória, 366 — 11º andar
CEP 20241-180
Tels.: (021) 252-8720
(021) 252-9074
Fax: (021) 221-5984

SÃO PAULO:
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

BRASÍLIA:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

China — para onde vai a agricultura? — IV

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

(continuação do número anterior)



Continuando a apresentação dos principais pontos do Relatório do USDA sobre a agricultura chinesa, passamos à análise das perspectivas para os principais produtos em termos da situação corrente e das projeções para um futuro que se estende até 2005.

Uma pesquisa realizada recentemente na China, sobre a renda e o consumo urbanos, lança uma luz sobre as perspectivas do consumo de alimentos básicos nos próximos anos. Foram analisados três grupos de alimentos consumidos nos domicílios urbanos: cereais de primeira (arroz, milheto e trigo), cereais de segunda (aveia, centeio, milho e sorgo) e tubérculos (batata-inglesa, batata-doce e outros). O consumo *per capita* urbano dos três grupos de alimentos em conjunto caiu de 134kg em 1987 para 113kg em 1993. A participação dos cereais de primeira no total aumentou de 79% em 1987 para 84% em 1993; já a participação dos tubérculos caiu de 16% do total em 1987 para 12% em 1993, e a dos cereais de segunda caiu de 5% em 1987 para 2% em 1993.

Arroz — A produção de arroz em casca em 1995 somou 185 milhões de toneladas cultivadas em cerca de 31 milhões de hectares. Para 1996 estava sendo esperado um pequeno aumento da área e a manutenção dos níveis de rendimento agrícola. A tendência verificada em anos recentes de transferir áreas tradicionais de arroz em favor de alternativas mais rentáveis, como frutas e legumes, foi um dos fatores que levou o governo a instituir, no IX Plano Qüinqüenal, a política do saco de cereais (ver *Agroanalysis*, set. 1996). O aumento dos preços de mercado do cereal a partir de 1995 foi outro fator de estímulo à lavoura.

Embora o arroz continue sendo a base da alimentação chinesa, seu consumo vem apresentando certa tendência à estagnação, em função do aumento da renda *per capita* e da urbanização, fenômeno já verificado em outros países, como Japão e Coréia. Ainda assim, nos últimos anos a necessidade de abastecer a população de menor renda determinou o aumento das importações de arroz, tornando a China um dos grandes demandantes do cereal. As compras externas de arroz passaram de 700 mil toneladas em

1992/93 para 2 milhões, em 1994/95, ainda que fosse esperada sua volta ao patamar de 750 mil em 1996. No mesmo período, as exportações de arroz chinês caíram de 1,5 milhão de toneladas para 32 mil, esperando-se que se estabilizassem em 200 milhões de toneladas.

Trigo — A produção de trigo da safra 1995/96 alcançou 102 milhões de toneladas, cerca de 3% a mais do que no período anterior. O aumento foi decorrente de um crescimento no rendimento físico, que se situa em torno de 3,5t/ha, e a área permaneceu constante em torno de 28,8 milhões de hectares. As importações foram estimadas para o mesmo período em 12 milhões de toneladas, acima das compras efetuadas no período anterior (10,4 milhões de toneladas), apesar do aumento dos preços mundiais. Entre os fatores que influenciaram o aumento das importações do cereal estão o crescimento da renda real *per capita* (5%) e a necessidade de estabilizar os preços urbanos dos alimentos à base de trigo.

Para o período 1996/97, espera se uma retração das importações em função do aumento da produção interna.

Pesquisas de consumo domiciliar estimam o consumo *per capita* de trigo em torno de 25kg de farinha/ano para os domicílios do percentil de renda mais alta e de 28kg/ano para o de renda mais baixa (o diferencial de renda entre os dois extremos é de 3,6).

Comparando o consumo humano de trigo da China com o dos EUA e o do Japão, verifica-se que em 1994 os chineses consumiram 90kg *per capita*, os norte-americanos 89kg e os japoneses 50kg.

As projeções para o ano 2005 indicam que a produção chinesa de trigo deverá crescer cerca de 1% ao ano (a área deverá aumentar 0,3% ao ano e o rendimento físico, 0,7%). Tendo em vista as perspectivas de taxas de crescimento econômico, de melhoria da renda e de mudanças nas preferências dos consumidores, que se voltarão para produtos de melhor qualidade, bem como para um aumento populacional de 100 milhões de habitantes, projeta-se um excesso de demanda em relação à oferta. Assim, o USDA prevê que em 2005 as importações chinesas de trigo atingirão 18 milhões de toneladas, 80% a mais do que a média dos anos de 1991 a 1995.

Regionalmente, há consideráveis diferenças: nas regiões do norte da China, onde a produção de trigo é mais arraigada, deverá haver maior expansão do consumo de arroz, carne, frutas e legumes. Já no sul, onde se concentra a produção de arroz, deverão expandir-se mais o consumo de trigo bem como o de carnes, frutas e legumes, conduzindo à homogeneização e à melhoria dos padrões alimentares.

Milho — Na China, como na maior parte do mundo, o mercado do milho está estreitamente ligado ao desempenho das carnes. Vale então observar que a produção de carnes está crescendo acentuadamente nos anos 90, tanto a de bovinos (cuja alimentação não depende de rações) quanto a de aves. Por outro lado, embora a China continue sendo um dos principais consumidores de carne suína do mundo, a expansão da avicultura permite melhor conversão do milho destinado à alimentação animal. Assim, não é de estranhar que os números mostrem maior aumento na produção de carnes do que na de milho.

A produção de milho de 1996 foi estimulada por um aumento no preço-cota fixo de 20% (ver *Agroanalysis*, set. 1996, p. 18), que assim passou de US$104/t para US$125/t, e pelo aumento dos preços de mercado, que, entre janeiro e dezembro de 1995, tinham subido de US$179/t para US$200/t.

Para a próxima década, projeta-se uma taxa média anual de 2,3% para o aumento da produção de milho, considerando-se a taxa média de 0,7% para a expansão da área e de 1,7% para o rendimento físico. Ainda assim, levando-se em conta o rápido crescimento econômico e a melhoria dos níveis de renda, que aumentarão a preferência dos consumidores pela carne, bem como a expansão demográfica, é de esperar um aumento da demanda superior ao da oferta. Em conseqüência, as importações de milho poderão passar de 2,5 milhões de toneladas em 1995/96 para 11,8 milhões em 2005/06.

Carnes — No IX Plano Qüinqüenal, o governo pretende incrementar a produção de carnes, expandindo sobretudo a disponibilidade de animais eficientes na conversão de cereais e oleaginosas, o que deve favorecer a criação de frangos.

Os suínos continuarão sendo os principais fornecedores de carne na China, embora sua participação no consumo total deva sofrer redução, à medida que aves e bovinos forem aumentando. Projeta-se uma expansão na produção de carne suína de 37 milhões de toneladas em 1996 para 56 milhões em 2005, representando uma expansão média de 3,5% ao ano. Não se esperam grandes importações ou exportações no período. O consumo *per capita* deverá passar de 29,7kg em 1996 para 42,2kg em 2005.

A produção de carne de aves deverá aumentar à taxa de 6,5% ao ano, passando de 8,8 milhões de toneladas em 1996 para 15,4 milhões em 2005. Está planejado um aumento das exportações de carne de aves de 370 mil toneladas em 1995 para 800 mil em 2005. Também se projeta um aumento das importações, de 446 mil toneladas em 1995 para 1,5 milhão em 2005. O consumo *per capita* de carne de frango deverá aumentar de 7,4kg em 1996 para 11,8kg em 2005.

Quanto à carne bovina, a previsão é de aumento da produção: de 4,7 milhões de toneladas em 1996, para 9 milhões em 2005, com expansão do consumo *per capita* de 4,7 para 6,8kg.

(Continua no próximo número)

Produtos lácteos — insumos argentinos em Minas?*

RENATA AKEMI DE CARVALHO SATO, RICARDO PEREIRA REIS
E ANTÔNIO JOÃO DOS REIS

O Mercosul terá uma função didática e preparatória relativamente aos desafios maiores a serem enfrentados na acirrada concorrência internacional que, ao que tudo indica, será mais intensa nos próximos anos, em decorrência da própria formação dos demais blocos econômicos e dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os impactos da integração econômica dos países do Mercosul serão completamente diversos segundo o produto agrícola e a região em questão. O complexo lácteo é uma cadeia produtiva sensível a essa integração comercial. Esta é uma análise da viabilidade de se importarem insumos argentinos para a produção de lácteos em Minas.

A década de 90 definiu uma tendência da economia mundial a segmentar-se em blocos regionais, em substituição às tradicionais negociações multilaterais entre os países. Após a Guerra Fria, na década de 80, os EUA e a URSS deixaram de ser o eixo da economia e da política mundiais, o que alterou o padrão das alianças até então existentes. A ausência de confronto entre Leste e Oeste abriu maior espaço para a autonomia, favorecendo o fortalecimento das alianças regionais. Esse processo de redefinição de papéis na ordem internacional também se acelerou quando se reduziram a capacidade e a disponibilidade das potências econômicas mundiais (EUA, Japão e Alemanha) para desempenharem um papel global no sistema econômico internacional.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um marco significativo da globalização econômica na América do Sul. Inicialmente regulamentado pelo Tratado de Assunção, que previu a união aduaneira entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a partir de 1995 possibilitou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membros, eliminando os direitos alfandegários e as restrições não-tarifárias. Estão previstos ainda o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial unificada em relação a outros blocos.

O Mercosul terá uma função didática e preparatória em relação aos desafios maiores a serem enfrentados na acirrada concorrência internacional que, ao que tudo indica, será mais intensa nos próximos anos, em decorrência da própria formação dos demais blocos econômicos e dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os impactos da integração econômica entre os países do Mercosul serão completamente diversos, segundo o produto agrícola e a região em questão. O complexo lácteo é uma cadeia produtiva sensível a essa integração comercial. A produção leiteira da Argentina e do Uruguai contrasta com a baixa produção do Brasil. Para cada litro de leite produzido em Minas Gerais, produzem-se, em média, 2,1 litros na Argentina. Já a industrialização do queijo na Argentina leva vantagem comparativa em relação à nacional somente porteira adentro; porteira afora, o Brasil ganha em competitividade, devido principalmente à sua eficiência industrial.

Fatores de produção do Mercosul, importados da Argentina, podem chegar aos pecuaristas mineiros a preços inferiores aos adquiridos internamente.

Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura, os fatores de produção agrícola no Brasil são até duas vezes mais caros que os vendidos na Argentina e no Uruguai. Os preços dos fatores podem elevar o custo interno de produção e reduzir a competitividade dos produtos nacionais, expondo o próprio mercado à concorrência dos produtos importados. Existem perspectivas de que fatores de produção oriundos do Mercosul, especificamente os importados da Argentina, possam chegar aos pecuaristas mineiros a preços inferiores aos adquiridos internamente. Mas é preciso saber se realmente a importação dos recursos produtivos argentinos seria ou não uma alternativa adequada para o pecuarista mineiro diminuir seus custos e melhorar sua competitividade no mercado.

Insumos e equipamentos da Argentina e de Minas Gerais — comparando os preços

Considerando o imposto de importação zerado para os insumos e a não-incidência de nenhum outro tipo de tarifa sobre a operação de importação dos bens de

*Este artigo tem como fundamento teórico a dissertação de mestrado defendida pela primeira autora, no curso de mestrado em administração rural da Universidade Federal de Lavras.

produção, podemos analisar os preços médios dos insumos argentinos em relação aos nacionais. Os dados foram atualizados através de fatores de correção cambial, com o objetivo de equiparar o valor das moedas brasileira e argentina, reduzindo o impacto de suas variações cambiais em relação ao dólar e em relação à inflação nos dois países, tendo por base a inflação norte-americana. Focalizou-se o período de abril de 1991 a dezembro de 1994, resultando em fator de correção 1,03058 para o Brasil e 0,70078 para a Argentina.

Os preços dos insumos argentinos variaram de 41,89 a 58,24% mais baratos que os similares nacionais, em níveis correntes (1991). Já em níveis corrigidos (1994), os preços variam, no mesmo sentido, de 60,18 a 71,60%. O sal mineral constituiu uma exceção. Em níveis correntes, esse insumo argentino foi cotado a um preço 5,80% mais elevado que o nacional e, em níveis corrigidos, o preço do recurso argentino foi inferior em 28,04% em relação ao nacional.

A correção cambial entre 1991 e 1994 contribuiu para que os produtos argentinos diminuíssem bem seus índices de preços e os insumos nacionais aumentassem de modo pouco expressivo. Por isso, a diferença percentual dos preços entre os dois países foi maior em níveis corrigidos.

Os preços finais dos insumos e equipamentos argentinos, acrescidos ao custo de transporte de Buenos Aires até o mercado de Belo Horizonte (MG), foram avaliados considerando-se o transporte rodoviário e o hidrorrodoviário.

Em níveis correntes e corrigidos, a ração e o fertilizante importados apresentaram variações percentuais positivas, o que indica a inviabilidade da importação desses itens pelo transporte rodoviário. Outros fatores de produção, como ordenhadeiras, tratores, medicamentos e sal mineral, apresentaram índices que revelam um nível de preço inferior aos insumos importados da Argentina, oscilando entre 4,88 e 71,51% em relação aos similares nacionais.

A proporção do custo de transporte rodoviário no preço final da ração e do fertilizante importados da Argentina para o mercado de Minas Gerais equivale a 73,43 e 56,39%, respectivamente — um índice inviável, considerando que Belo Horizonte fica no Centro-Sul do Brasil, a uma distância relativamente pequena.

Acrescidos os custos de transporte hidroviário-rodoviário aos preços dos recursos produtivos na Argentina (Buenos Aires), obteve-se o preço dos insumos importados no mercado de Belo Horizonte. Somente o sal mineral importado em nível corrente foi mais caro que o produto no mercado interno. Para os demais recursos produtivos importados, tanto em níveis correntes como corrigidos, seus preços foram menores que os similares no mercado nacional.

Ao contrário do transporte rodoviário, o transporte hidroviário-rodoviário aumenta a viabilidade de importação dos recursos argentinos, devido a seu baixo custo. O custo de transporte é um fator estratégico na concorrência comercial entre países.

Efeitos da importação de fatores produtivos argentinos

A simulação dos custos de produção do leite foi realizada através da comparação de preços dos insumos argentinos dentro do mercado brasileiro com os insumos nacionais, expressa em índices percentuais que serviram como taxas de ajustamento da planilha de custo de produção do leite em Minas Gerais. A partir desses ajustamentos, chegou-se ao resultado da variação de custos de produção do leite com a importação dos insumos em três diferentes situações: a) sem considerar o custo de transporte; b) considerando o custo de transporte rodoviário; c) considerando o custo de transporte hidrorrodoviário.

A tabela abaixo revela que o custo de produção do leite em Minas Gerais, com a utilização de recursos produtivos argentinos e sem considerar o custo de transporte, seria reduzido em 18,42% (preço corrente) e 23,40% (preço corrigido). Com a utilização de insumos e equipamentos importados por via rodoviária, esse custo aumentaria 7,23% em níveis corrigidos e 12,28% em níveis correntes. Já o custo de produção de leite com insumos e equipamentos importados por transporte hidrorrodoviário se reduziria em 10,64 e 5,26%, em níveis corrigidos e correntes, respectivamente.

Custos de produção do leite em Minas Gerais com insumos importados da Argentina
1991-94[1]

Especificação	Valores corrigidos (1994)		Valores correntes (1991)	
	Custo do leite (US$/litro)	Diferença percentual em relação ao custo padrão corrigido	Custo do leite (US$/litro)	Diferença percentual em relação ao custo padrão corrente
Custo de produção padrão de leite (MG)	0,235		0,228	
Custo de produção de leite em MG considerando os insumos aos preços argentinos	0,180	-23,40	0,186	-18,42
Custo de produção de leite em MG com insumos argentinos transportados por rodovia	0,252	+7,23	0,256	+12,28
Custo de produção de leite em MG com insumos argentinos transportados por hidrovia-rodovia	0,210	-10,64	0,216	-5,26

Fonte: Dados da pesquisa.

[1] O sinal negativo (-) significa que o custo de produção de leite com insumos importados é inferior ao custo de produção padrão de leite, e o sinal positivo (+) indica que o custo de produção de leite com recursos produtivos importados é superior ao custo de produção padrão de leite.

Custos de industrialização de queijo em Minas Gerais com leite produzido com insumos importados da Argentina

1991-94[1]

Especificação	Diferença percentual do custo com recursos produtivos importados em relação ao custo padrão corrigido	Diferença percentual do custo com recursos produtivos importados em relação ao custo padrão corrente
Sem considerar o custo de transporte de recursos produtivos	-10,85	-8,54
Considerando o custo de transporte rodoviário na importação dos recursos produtivos	+3,35	+6,92
Considerando o custo de transporte hidroviário-rodoviário	-4,93	-2,44

Fonte: Dados da pesquisa.

[1] Esses custos consistem na média dos custos de industrialização dos queijos minas, mussarela e prato. O sinal negativo (-) significa que o custo de industrialização do queijo, cuja produção de leite foi viabilizada pela importação de insumos, é inferior ao custo de produção padrão de queijo, e o sinal positivo (+) indica que o custo de industrialização do queijo, viabilizado pela importação de insumos na produção de leite, é superior ao custo de produção padrão.

Em síntese, se o mercado brasileiro ofertasse os insumos pelos mesmos preços encontrados na Argentina, o custo de produção de leite em Minas Gerais cairia em média 21%, podendo tornar a produção leiteira e todo o sistema agroindustrial lácteo mais competitivos. No caso da importação dos recursos produtivos por via rodoviária, elevar-se-ia o custo de produção do leite, devido principalmente ao elevado custo do transporte rodoviário. No entanto, a importação por transporte hidrorrodoviário reduziria o custo de produção de leite em Minas Gerais e tornaria o produto mais competitivo, sem reduzir as margens de rentabilidade do produtor.

Simulação do custo com leite produzido com insumos da Argentina

A partir do ajustamento das planilhas de custo de produção de leite, através da importação de insumos argentinos, repassaram-se essas variações dos custos da matéria-prima para o custo de industrialização do queijo.

Conforme a tabela acima, os custos correntes e corrigidos do queijo mineiro industrializado com o leite produzido com insumos e equipamentos argentinos, sem considerar o custo de transporte, apresentariam uma redução de 8,54 e 10,85%, respectivamente. Já o custo de industrialização do queijo de leite produzido com insumos e equipamentos argentinos, importados por via rodoviária, aumentaria 6,92% em níveis correntes e 3,35% em níveis corrigidos. A importação por via hidrorrodoviária de insumos e equipamentos para a produção do leite provocaria uma redução no custo do queijo de 2,44% em níveis correntes e de 4,93% em níveis corrigidos no estado de Minas Gerais.

Vantagens que se perdem

Apesar de os recursos de produção argentinos apresentarem preços inferiores em relação aos insumos nacionais, quando somados aos custos de transporte rodoviário perderiam competitividade no mercado de Minas Gerais, aumentando o custo de produção de leite internamente. Por outro lado, se fossem utilizados insumos e equipamentos importados da Argentina por via hidrorrodoviária, o custo de produção de leite seria reduzido, mas não de forma expressiva.

A importação de recursos produtivos como estratégia para os produtores rurais não é uma solução definitiva. A longo prazo, esta iniciativa consiste apenas em uma solução paliativa que beneficiaria somente determinada categoria e região.

A discussão real não está na viabilidade de importação de insumos argentinos, a qual dependerá dos custos com transportes que afetem a competitividade do leite e seus derivados em regiões mais distantes do país. A discussão está na racionalidade do nível tributário que recai sobre os fatores produtivos e sobre toda a cadeia de produção agrícola e agroindustrial do Brasil, que é, sem dúvida, superior ao dos demais parceiros do Mercosul.

A competitividade leiteira nacional vem sendo prejudicada pela tributação explícita e implícita representada pelos impostos que gravam a atividade e pelas tarifas alfandegárias que protegem a indústria produtora de insumos para a pecuária leiteira.

Os diversos impostos que incidem sobre toda a cadeia agroindustrial (insumos, produtos e subprodutos, capital e lucro) determinam distorções importantes na competitividade entre os países.

Esse nível tributário incoerente com qualquer realidade econômica prejudica o setor pecuário mineiro no âmbito interno e expõe de forma predatória sua produção agrícola a economias internacionais com políticas macroeconômicas e setoriais mais equilibradas e igualitárias.

A abertura comercial vai mostrar que o setor privado tem ineficiências, mas também mostrará as ineficiências das políticas públicas adotadas pelos dirigentes governamentais brasileiros que não estão desempenhando o papel de prover uma base sólida para o desenvolvimento da livre competitividade.

O sistema agroindustrial lácteo brasileiro somente poderá se desenvolver de forma harmoniosa no contexto da globalização da economia através do aumento da eficiência produtiva, de políticas macroeconômicas estáveis e igualitárias e de uma política específica de desenvolvimento agrícola.

Renata Akemi de Carvalho Sato, Ricardo Pereira Reis e Antônio João dos Reis são professores do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (Ufla).

Álcool automotivo e mudanças climáticas

SUZANA KAHN RIBEIRO

Diferentes medidas globais para controle de emissões de CO_2, enfocando em especial a AIJ (Activities Implemented Jointly) aplicada ao caso do álcool automotivo no Brasil.

O aquecimento global é uma questão ambiental de proporções internacionais, o que implica uma busca de soluções e estratégias baseadas no entendimento entre nações. Tais estratégias têm que levar em conta as diferenças entre os países envolvidos, a diversidade de prioridades políticas e o nível de desenvolvimento de cada um. Qualquer acordo elaborado nesse sentido deve estar baseado no consenso internacional, a fim de se evitar que esforços desenvolvidos por certos países sejam anulados pelo comportamento inadequado de outros.

O aquecimento global é também um problema de longo prazo e de grande penetração, pois suas possíveis soluções afetarão diferentes setores econômicos, grupos populacionais, regiões geográficas e níveis de renda durante um longo período, até se conseguir uma estabilização no nível desejado de concentração de gases de efeito estufa. A emissão pela qual determinado país é responsável e o respectivo dano causado estão separados por uma larga escala de tempo. A responsabilidade por emissões de gases possui uma dimensão histórica, devido ao efeito cumulativo desses elementos na atmosfera.

Se nada for feito para impedi-las, as emissões de dióxido de carbono (CO_2), principal gás responsável pelo aquecimento global, aumentarão em 12% até o ano 2000. Uma taxa sobre o carbono forçaria os países a economizarem energia fóssil, induzindo uma queda nas emissões de CO_2. Para estabilizar a emissão de CO_2 em um nível aceitável, requer-se que as estratégias relativas às questões energéticas sejam severas e a taxação do carbono, por exemplo, penalize de forma diferente várias indústrias e outros usos intensivos de energia.

Activities Implemented Jointly (AIJ)

A taxa de emissão de carbono do setor energético dos países em desenvolvimento ainda é baixa, tanto em termos globais como *per capita*. Entretanto, no futuro, as emissões dos setores energéticos devem aumentar dramaticamente, de acordo com o crescimento econômico e o desenvolvimento desses países. A AIJ é um instrumento que visa a limitar essas emissões e a distribuir globalmente e do modo mais equânime possível o custo de redução das taxas de emissão de CO_2.

A AIJ envolve um acordo bilateral ou multilateral entre países, com maior ou menor custo para abatimento de poluição ambiental, visando a reduzir o risco do aumento do efeito estufa de maneira otimizada. As medidas de custo mais baixo, e portanto mais simples (normalmente nos países pobres), seriam tomadas em primeiro lugar, vindo então, gradualmente, as mais complexas e dispendiosas. Dessa forma os custos seriam globalmente minimizados.

Como o custo marginal de abatimento da emissão de gases de efeito estufa difere bastante entre os países, a AIJ pode oferecer uma oportunidade atrativa para alocação ótima de recursos. Os países em desenvolvimento, onde seriam realizados os primeiros investimentos por parte dos países ricos, requereriam transferência de tecnologia energética mais eficiente e formação de especialistas nessa área. Além disso, toda a infra-estrutura a ser criada no país já teria características de ponta no que se refere a eficiência energética e qualidade ambiental.

Na Convenção do Clima, ocorrida em Berlim após a reunião da Unced 92, realizada no Rio de Janeiro, abordou-se o tema das compensações de emissões. A proposta, originária da Noruega, sugere que um país com dificuldades em reduzir suas emissões (ou que tenha esgotado as opções possíveis por muito dispendiosas) pode promover a redução de emissões em outro país. A redução é contabilizada como contribuição do primeiro à redução de emissões no segundo.

Assim, por exemplo, a Noruega, que já conta com todas as medidas factíveis de redução de emissões de carbono, pagaria ao México para reduzir suas emissões. Isso poderia ser feito, por exemplo, pela substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes, mais eficientes e econômicas em relação ao consumo de eletricidade gerada por queima de combustíveis fósseis. Com isso, o México reduziria as emissões e a redução seria contabilizada a crédito da Noruega.

O Proálcool e o emprego do bagaço de cana para geração de energia elétrica na substituição de combustíveis fósseis são um fator de enorme atratividade para os países ricos que têm o compromisso de reduzir o nível de emissão de CO_2. O Proálcool já foi implantado no país, necessitando no momento de recursos para continuar de maneira mais efi-

ciente a competir em igualdade de condições com a gasolina. As melhorias tecnológicas são necessárias, porém caras para um país como o Brasil, com tantas outras prioridades, principalmente em nível social. Para os países industrializados e sem condições de desenvolver um programa nos moldes do Proálcool por questões climáticas, de espaço, solo etc., investir no Brasil com todo o potencial necessário e a infra-estrutura já montada surge como uma excelente alternativa.

O papel do álcool no abatimento das emissões de dióxido de carbono

Para verificar a contribuição do álcool, em substituição à gasolina, e do bagaço, na geração de energia elétrica, na diminuição de níveis de emissão de CO_2, foi adotada uma metodologia referendada ao trabalho da Unep de 1994. Essa metodologia utiliza o conceito de custo de abatimento de carbono, definido como custo de longo prazo para implementar a redução da emissão de CO_2, tomando-se um caso de referência onde não tenha sido realizado nenhum procedimento para reduzir essa emissão (ver box). É interessante comparar os resultados obtidos na pesquisa de Ribeiro (1995), para o custo de abatimento do álcool, com outros publicados internacionalmente, e a partir dessa avaliação elaborar algum tipo de proposta efetiva.

Os custos de abatimento, médio e marginal, tendem a crescer, quando se hierarquizam diferentes opções de abatimento, a partir da conservação de energia (de custo negativo, pois sua implantação, ao mesmo tempo que abate as emissões de CO_2, reduz o custo da energia), seguida das tecnologias progressivamente mais caras, como mostra o figura 1.

No estudo de caso do Brasil, segundo o projeto da Unep, o resultado de custo de abatimento seria algo entre US$2 e 5/t CO_2 em 2010, através da minimização do custo do sistema energético nacional, ou seja, um conjunto de medidas no sentido de reduzir a emissão de CO_2 ao menor custo. No trabalho de S. K. Ribeiro, os custos de abatimento encontrados variam de US$0,004/t CO_2 a US$0,02/t CO_2.

Vários fatores contribuem para a grande diferença entre os custos de abatimento de emissões de CO_2 através do programa brasileiro do álcool e o estudo da Unep. Um deles é a diferença de metodologias na

Quanto custaria reduzir o CO_2 na atmosfera?

O custo de abatimento do CO_2 é a razão entre a diferença entre o custo de suprimento de energia para uma finalidade específica, em um cenário alternativo, e este custo em um cenário tido como de referência, e a diferença entre as emissões de carbono correspondentes ao cenário de referência e as do cenário alternativo.

Assim, tem-se que:

(CA - CR)/ (ER - EA) = CABAT;

para cada cenário, expresso em US$/tC, onde:

CA — custo do cenário alternativo

CR — custo do cenário de referência

EA — emissão de carbono do cenário alternativo

ER — emissão de carbono do cenário de referência

CABAT — custo de abatimento do cenário alternativo

O custo de abatimento mostra que quantia se despenderá para deixar de emitir determinada quantidade de carbono. Esse valor isolado não fornece nenhuma informação conclusiva; é preciso compará-lo a outros custos, de forma a se poder verificar se é economicamente interessante investir no cenário proposto. O horizonte de tempo para um estudo sobre custo de abatimento pode ser de curto, médio ou longo prazos, a que podem corresponder 10, 25 ou 40 anos, dada a grande inércia do fenômeno de acumulação de gases na atmosfera.

Figura 1

Custo marginal de abatimento do estudo da Unep

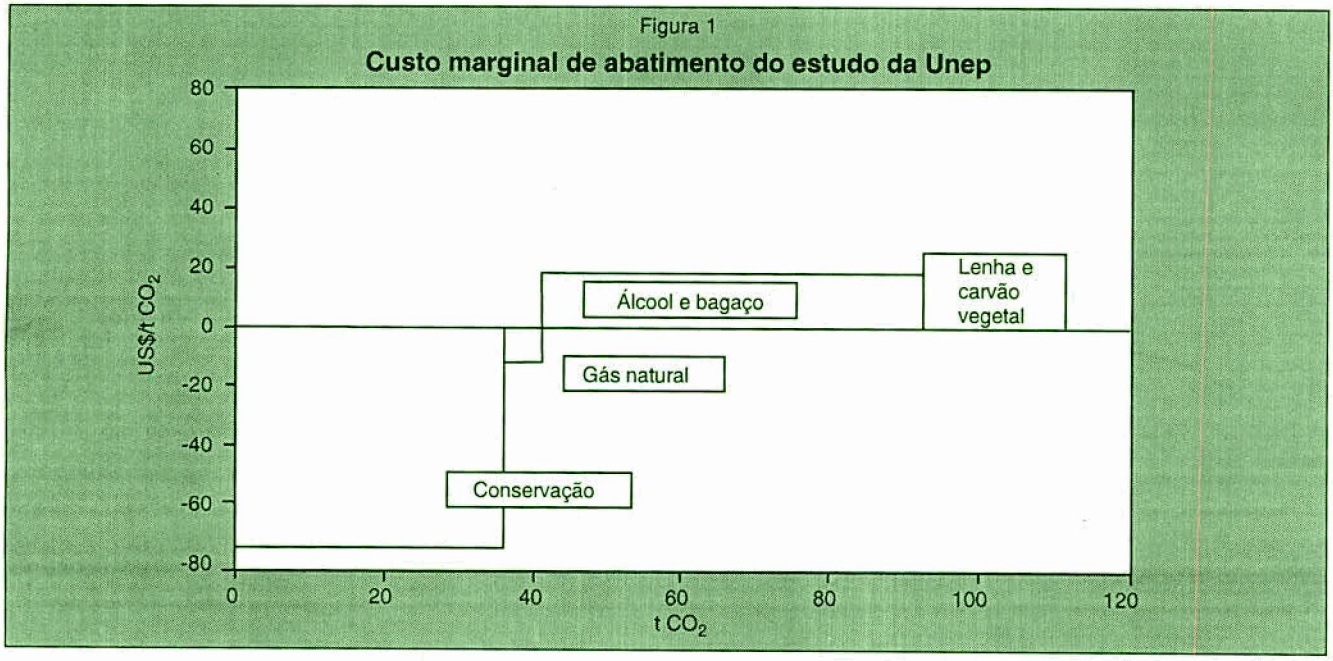
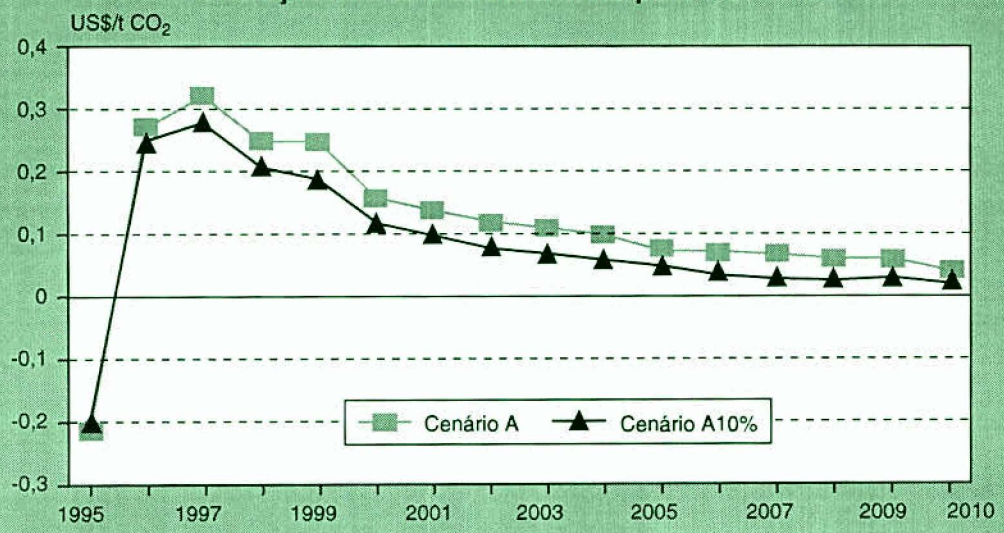


Figura 2

Evolução do custo de abatimento para o Cenário A



Fonte: Ribeiro (1995).

contabilização dos custos. Entretanto, a grande diferença certamente é o fato de que o álcool automotivo e o bagaço como energético para geração termoelétrica possuem uma tecnologia em fase de maturação, com custo decrescente no tempo, ao contrário das outras opções consideradas no estudo da Unep.

O uso do álcool como substituto de combustível fóssil apresenta um custo de abatimento de CO_2 decrescente a médio e a longo prazos, como mostra a figura 2. Isso não é usual nos estudos comparativos que consideram diferentes fontes de energia e tecnologias aplicadas sucessivamente para o abatimento das emissões. Nesta pesquisa, foi fixada uma só fonte de energia primária, bem como a mesma tecnologia em cada cenário analisado. É o resultado de uma tecnologia relativamente nova para uso em tão larga escala, iniciado no Brasil após o primeiro choque do petróleo, com potencial de aumento de produtividade industrial e agrícola e conseqüentes reduções de custos, segundo prognósticos calcados em casos concretos das melhores unidades produtivas do país.

O custo decrescente, no que concerne à redução de emissão de CO_2 com o uso dos produtos energéticos da cana-de-açúcar, pode ser um atrativo para o financiamento e para investimentos diretos de capital externo na reativação e expansão do Proálcool, ameaçado por uma crise prolongada, em parte causada pela queda do preço do petróleo e em parte pela ausência de uma política energética do governo brasileiro.

O Proálcool se tornou viável mais por vontade política nacional e pela determinação do governo da época do que por motivos econômicos. O problema do custo superior do álcool em relação à gasolina agravou-se, especialmente com a queda dos preços do petróleo na segunda metade da década de 80 e com a descontinuidade da política de estímulo ao emprego do álcool carburante. O resultado foi a crise de desabastecimento do álcool no início da década de 90, cujo efeito mais grave foi a queda do percentual de vendas de carros novos a álcool, que chegou a ultrapassar 90% das vendas totais de carros novos na década de 80.

Comparando o álcool e a gasolina, fica evidente que a relevância dessa substituição passou do aspecto da segurança de suprimento de energia para os transportes, ameaçada com os choques do petróleo, para o aspecto ambiental, dadas as vantagens do álcool como fonte renovável e com menor impacto na poluição atmosférica local, nas condições dos veículos nacionais. O programa do álcool é atrativo para AIJ, uma tecnologia em fase de maturação, apresentando custo decrescente.

Bibliografia

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). Scientific assessment. *Report of Working Groups*. 1992.

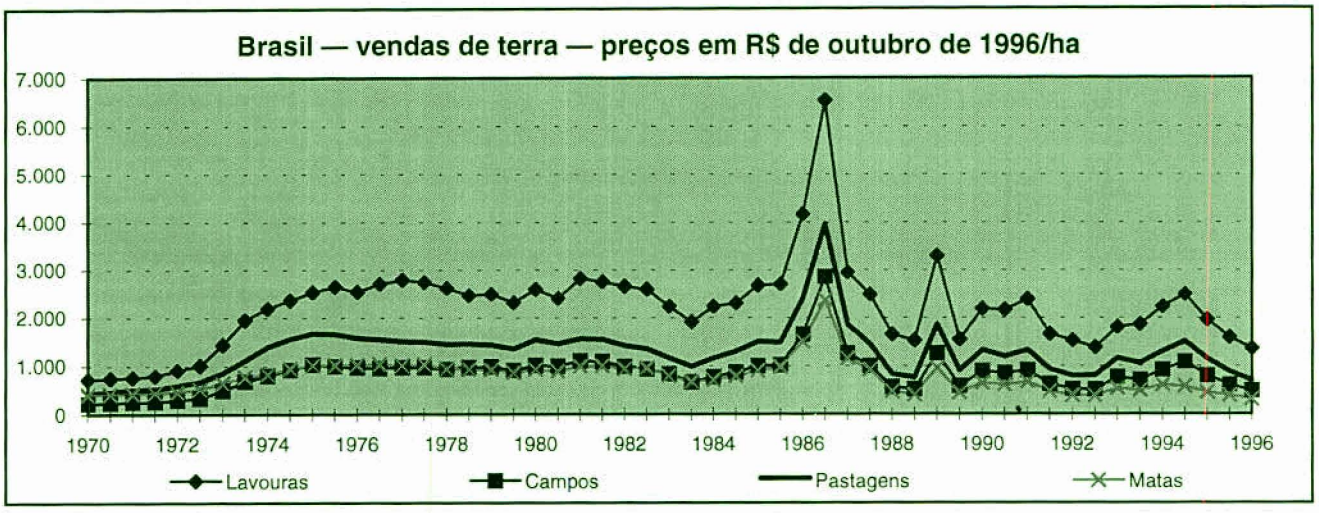
Ribeiro, S. K. O uso dos energéticos da cana-de-açúcar como instrumento do Brasil em negociações internacionais na redução dos gases de efeito estufa. Rio de Janeiro, PPE/Coppe/UFRJ, 1995. (Tese de Doutorado)

Unep Greenhouse Gas Abatement Costing Studies. Analysis of abatement costing issues and preparation of a methodology to undertake national Greenhouse gas abatement costing studies. Denmark, Greenhouse Gas Abatement Costing Studies, 1994.

Suzana Kahn Ribeiro é pesquisadora do Programa de Engenharia de Transporte — PET/Coppe/UFRJ.

Preços de terra — uma queda esperada

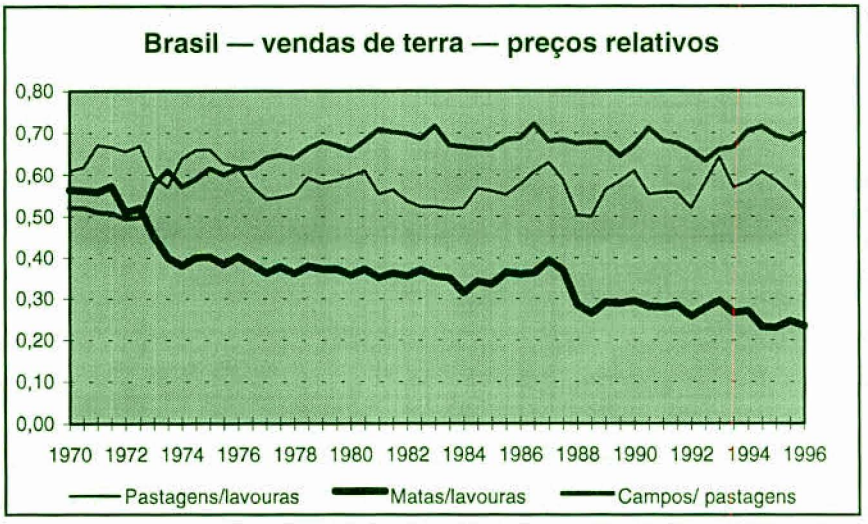
O exame dos preços de terra ao longo dos últimos 27 anos mostra que, após o auge relativo alcançado no segundo semestre de 1994, seus níveis caíram para um dos mais baixos patamares do período. Trata-se de um movimento esperado por várias razões.



Excetuando-se o longo período de preços ascendentes que vigorou entre 1970 e 1975 (11 semestres de altas consecutivas nos preços constantes da terra para lavoura), a tendência dos preços registra inversão de sinal da variação a intervalos de um a seis semestres, isto é, preços que estavam subindo passam a cair — e vice-versa. Entre junho de 1993 e junho de 1994, registraram-se quatro semestres de alta dos preços; logo, era de se prever um período de queda nas cotações.

Além disso, com exceção do Plano Bresser, todos os planos de estabilização foram acompanhados de uma alta nos preços de terra que pode ser atribuída às incertezas que cercam tais planos e, portanto, ao aumento da procura por ativos sólidos. Alguns semestres adiante, voltam a cair. Ainda em termos de explicações para o movimento dos preços, através da função que a terra exerce como reserva de valor e ativo financeiro, a queda que se registra em seus preços nos três semestres mais recentes pode ter sido determinada pela manutenção de elevadas taxas de juros reais no mercado financeiro. Assim, a demanda dos especuladores teria se deslocado da terra, um ativo de pouca liquidez, para aplicações mais líquidas e rentáveis.

Pelo lado da oferta de terras para venda, a conjuntura do período, de preços de produtos agrícolas em queda e de elevado — e caro — endividamento, favoreceu a colocação de terras à venda, contribuindo ainda mais para a deterioração de seu preço.



O que foi dito com relação à venda de terras aptas à lavoura se aplica com algumas ressalvas aos demais tipos de terra.

Outro dos aspectos que salta à vista ao se analisar o comportamento dos preços de venda dos vários tipos de terra são as mudanças relativas entre os mesmos. Em 1970, as pastagens naturais eram vendidas por um preço que equivalia a 0,61 do preço da terra de lavoura. Em 1996, as pastagens só valiam 0,52 do preço das lavouras. A depreciação implícita das terras de pastagem natural pode ser atribuída tanto à redução dos preços do boi, cuja criação se torna uma opção menos interessante do que o plantio de lavouras, quanto a mudanças tecnológicas na atividade pecuária, tornando mais rentável o uso de pastagens cultivadas (e, portanto, desvalorizando as pastagens naturais).

Maior desvalorização relativa registraram as terras de mata. Se, de um lado, o desmatamento progressivo tornou este tipo de terras mais escasso — o que deveria tê-las tornado mais caras, por outro lado a vigilância dos ambientalistas quanto a novos desmatamentos deve contribuir para reduzir o interesse dos compradores.

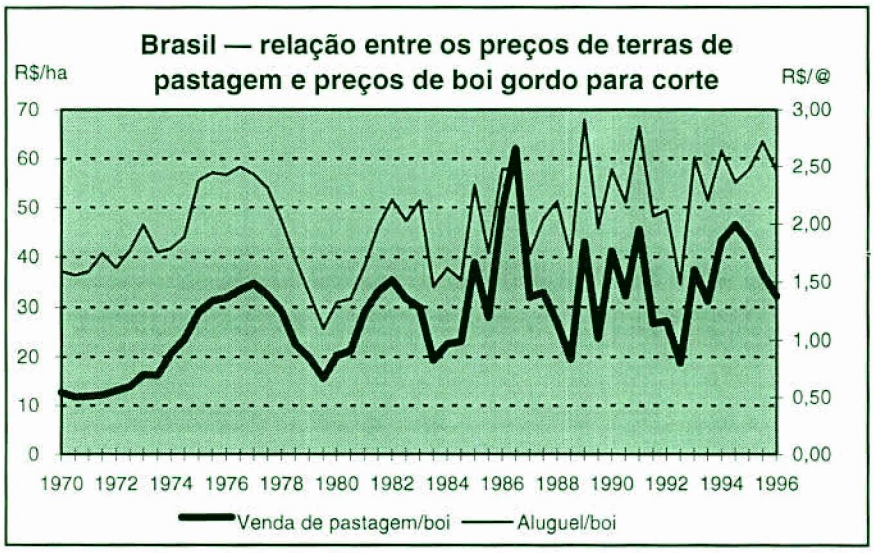
Voltando ao preço das terras para pastagem, é interessante observar que estas se mantêm em estreita correlação com os preços do boi gordo. Na verdade essa associação não é de estranhar uma vez que a pastagem não tem uso alternativo, exceto se forem feitos investimentos para convertê-la em área de lavouras (correção do solo e adubação). Já as áreas de lavoura comportam vários cultivos alternativos, ou até mesmo pastagens cultivadas.

Como os preços do boi gordo têm-se reduzido ao longo do tempo, os preços das pastagens acompanharam esse desempenho, embora a queda não tenha se dado no mesmo ritmo. Em junho de 1970, 13 arrobas de boi gordo compravam 1ha de terra de pastagem. Em junho de 1996, o mesmo hectare custava 32 arrobas de boi gordo.

O mesmo se observa em relação ao aluguel de terras com pastagem. Se em 1970 era possível pagar o aluguel de um hectare de pastagens/ano com a venda de 1,6 arroba de boi gordo, em 1996 eram necessárias 2,5 arrobas. Resumindo, os preços da terra e do boi gordo caíram, mas a queda da cotação do animal foi bem maior.

Regionalmente, os preços da terra seguiram em geral a mesma tendência, embora se possam notar, no período mais recente pelo menos, algumas peculiaridades.

Em linhas gerais as terras mais valorizadas em todo o país são as de lavouras, seguidas pelas pastagens naturais, campos e matas. Para qualquer tipo de terra, os preços mais altos são encontrados no Sul, vindo depois o Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No caso das lavouras, contudo, verifica-se que nos anos mais recentes a terra do Sudeste tem-se valorizado em relação à do Sul. Este resultado pode ser explicado tanto pela valorização da terra paulista, onde o espaço para a agricultura se reduz em face da crescente urbanização do estado, quanto pelo fato de que muitos agricultores do Sul estão optando por migrar para o Centro-Oeste ou para a Argentina e o Uruguai, onde a terra é mais barata e, no caso dos países vizinhos, muito mais fértil, reduzindo o interesse dos compradores da região.



Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — arrendamento: lavouras

	1992 1º semestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	36,22	38,82	145,61	81,04	58,24	76,91	63,14	47,56	38,28
Rondônia	82,49	37,91	107,48	64,45	66,68	65,75	67,65	97,27	57,01
Acre	0,00	37,81	0,00	96,95	0,00	0,00	0,00	0,00	36,01
Amazonas	59,59	0,00	49,63	87,35	99,18	106,69	67,65	0,00	0,00
Roraima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pará	50,87	0,00	156,23	0,00	0,00	0,00	139,80	78,90	55,25
Amapá									
Tocantins	31,19	39,10	152,29	79,45	54,82	75,67	50,74	41,07	35,44
Região Nordeste	58,32	51,12	102,30	102,47	64,01	83,12	80,05	83,22	71,45
Maranhão	29,09	29,79	42,78	45,65	30,84	42,18	40,59	43,23	56,86
Piauí	18,08	38,54	56,71	52,13	35,31	88,08	49,61	64,85	49,01
Ceará	43,64	53,60	95,75	86,28	48,64	68,23	66,52	77,82	54,53
Rio Grande do Norte	34,87	17,00	38,22	65,82	49,92	58,31	100,34	101,60	89,75
Paraíba	54,06	38,87	77,46	107,53	60,32	76,91	64,26	64,85	63,69
Pernambuco	117,20	98,11	89,42	171,52	129,64	163,75	107,11	126,45	88,16
Alagoas	83,33	0,00	343,69	0,00	0,00	0,00	77,79	0,00	0,00
Sergipe	125,60	194,62	199,30	196,77	153,45	146,38	145,44	137,26	136,44
Bahia	89,69	62,97	162,68	183,32	84,75	106,69	117,26	81,06	84,41
Região Sudeste	70,38	70,34	79,62	83,98	98,00	96,76	86,81	79,98	72,08
Minas Gerais	69,83	62,85	78,28	78,71	95,49	90,56	81,18	73,49	66,94
Espírito Santo	60,53	94,03	70,44	77,54	91,12	115,37	95,83	84,30	74,93
Rio de Janeiro	90,19	124,22	102,04	125,93	118,62	138,94	127,40	124,29	111,42
São Paulo	64,98	0,00	75,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Sul	52,89	52,17	50,12	53,39	62,05	52,10	47,35	43,23	31,88
Paraná	124,23	84,38	125,31	113,26	113,77	116,61	103,73	87,55	92,16
Santa Catarina	67,18	67,60	137,48	110,25	92,35	94,28	82,30	115,65	66,61
Rio Grande do Sul	45,42	48,17	37,27	44,02	55,26	43,42	40,59	34,59	24,00
Região Centro-Oeste	65,40	73,92	101,16	84,63	88,31	84,36	63,14	77,82	58,53
Mato Grosso do Sul	60,81	63,41	119,94	88,13	89,95	80,64	59,76	87,55	57,24
Mato Grosso	81,73	71,66	78,80	50,68	62,61	74,43	75,54	74,58	64,93
Goiás	67,85	87,78	77,03	93,88	97,71	86,84	65,39	62,69	60,35
Distrito Federal	0,00	145,19	49,17	0,00	0,00	146,38	0,00	38,91	46,67
Brasil	61,86	63,31	80,18	75,15	79,75	76,91	66,52	65,93	53,67

Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — arrendamento: explorações animais

	1992 1ºsemestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	3,16	4,08	5,26	3,85	3,74	3,80	3,66	3,69	3,26
Rondônia	2,54	2,12	4,11	2,56	3,57	4,22	3,01	2,59	2,98
Acre	1,47	3,02	4,59	3,36	1,98	1,65	3,72	0,00	2,99
Amazonas	4,98	0,00	5,95	5,62	5,46	4,84	5,02	0,00	0,00
Roraima	2,54	0,00	3,28	0,00	2,62	3,23	3,46	3,38	0,00
Pará	3,75	5,01	3,79	3,70	2,40	3,72	4,40	4,07	4,79
Amapá	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5,64	5,40	
Tocantins	3,07	4,08	5,52	3,79	3,97	3,90	3,43	3,63	3,04
Região Nordeste	6,32	5,66	8,68	8,35	6,57	8,34	7,27	8,10	6,27
Maranhão	4,92	3,37	4,88	4,01	4,31	5,73	6,00	6,88	5,11
Piauí	4,92	3,23	7,12	5,99	4,15	8,80	6,25	7,89	4,08
Ceará	6,44	6,26	7,38	8,52	5,58	7,11	6,36	7,28	5,59
Rio Grande do Norte	5,85	3,73	6,27	6,88	7,58	6,91	6,91	7,98	5,48
Paraíba	5,62	5,52	9,75	8,83	4,68	7,85	6,00	6,69	6,46
Pernambuco	8,59	7,41	8,05	11,36	11,54	13,11	10,47	11,27	8,14
Alagoas	7,23	0,00	13,91	0,00	0,00	0,00	7,51	0,00	0,00
Sergipe	7,81	9,47	15,11	13,04	12,07	17,24	11,56	12,52	10,54
Bahia	6,28	8,33	14,90	10,95	6,37	9,64	8,91	8,97	8,18
Região Sudeste	6,64	5,82	7,61	7,06	7,29	7,74	7,36	6,79	6,05
Minas Gerais	6,36	5,41	7,18	6,79	7,36	7,64	7,27	6,65	6,17
Espírito Santo	4,68	5,21	5,58	5,82	7,10	7,99	6,87	6,50	5,76
Rio de Janeiro	9,15	9,14	11,29	9,36	8,85	8,51	8,19	9,53	7,04
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	6,48	0,00	0,00	6,14	5,33
Região Sul	4,36	4,52	4,80	4,60	4,57	5,66	4,18	3,77	3,29
Paraná	6,93	6,09	8,90	6,71	7,76	8,50	7,42	6,44	6,80
Santa Catarina	7,04	6,25	9,85	6,64	7,76	9,73	7,85	9,38	6,88
Rio Grande do Sul	3,94	4,26	4,08	4,26	4,07	5,11	3,63	3,15	2,72
Região Centro-Oeste	4,52	4,08	6,14	5,89	4,71	4,81	4,07	4,34	3,88
Mato Grosso do Sul	4,42	3,22	6,60	6,73	4,92	4,42	3,38	4,27	3,71
Mato Grosso	3,15	3,44	4,57	3,65	2,99	4,40	3,74	3,44	3,04
Goiás	5,35	6,06	6,32	5,48	5,11	5,99	5,57	4,84	4,47
Distrito Federal	5,27	6,43	3,28	3,45	0,00	4,65	5,83	5,13	5,07
Brasil	5,12	4,80	6,25	5,88	5,59	6,08	5,20	5,17	4,52

Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — venda: lavouras

	1992 1º semestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	346,00	301,65	336,51	343,02	319,11	506,14	464,51	465,83	371,85
Rondônia	276,84	307,29	447,08	453,90	738,43	947,77	633,63	700,36	463,31
Acre	111,38	300,13	180,81	192,88	465,73	353,55	269,46		202,90
Amazonas	477,45	402,92	321,17	366,64	304,37	631,44	585,15	715,49	
Roraima	141,25		327,79				652,80		
Pará	388,79	341,46	217,39	273,56	160,17	254,31	416,03	322,08	369,79
Amapá		46,95	94,93	190,40		196,01	385,59	379,36	304,35
Tocantins	286,50	180,41	499,16	395,23	286,86	581,81	374,31	397,74	339,19
Região Nordeste	456,74	368,55	577,96	541,34	544,77	712,07	802,75	645,24	488,15
Maranhão	110,55	96,23	114,66	101,63	115,23	161,27	199,56	202,11	185,52
Piauí	71,45	60,62	137,15	105,67	105,77	157,55	146,57	146,99	162,17
Ceará	275,52	227,34	286,69	299,99	352,51	410,62	426,18	435,56	167,83
Rio Grande do Norte	348,27	189,19	258,33	342,02	314,35	583,05	646,03	689,55	524,01
Paraíba	407,30	381,10	487,20	472,11	445,66	771,62	702,40	516,62	298,14
Pernambuco	662,00	616,77	636,21	729,02	729,36	1.104,08	1.175,93	1.060,27	1.024,43
Alagoas	690,20		1.374,96				1.930,20		
Sergipe	1.423,14	1.338,18	992,46	1.225,84	1.309,51	1.776,45	2.029,42	1.784,41	1.260,77
Bahia	682,83	543,26	1.027,37	1.005,17	981,55	1.091,68	1.073,34	885,18	701,74
Região Sudeste	1.941,72	1.669,72	2.308,57	2.182,78	3.260,40	3.973,45	3.286,53	2.570,15	2.005,50
Minas Gerais	975,94	1.022,77	1.338,24	1.499,88	2.212,37	2.447,59	1.995,59	1.170,51	1.057,19
Espírito Santo	1.038,57	1.069,42	1.599,63	1.834,79	2.659,95	3.628,58	2.916,72	2.440,46	1.802,01
Rio de Janeiro	1.725,61	1.337,25	1.861,14	1.547,66	1.925,14	2.871,85	2.685,59	2.524,76	1.568,01
São Paulo	2.863,51	2.305,59	3.231,02	2.843,86	4.320,54	5.360,38	4.436,53	3.717,97	2.840,38
Região Sul	2.580,75	2.331,83	2.797,74	3.149,26	3.367,85	3.304,80	2.436,43	2.036,23	1.943,62
Paraná	2.793,95	2.454,19	3.098,00	3.743,44	4.813,06	4.705,37	3.249,32	2.344,26	2.462,11
Santa Catarina	1.683,59	1.552,29	2.034,18	1.825,75	2.484,43	2.611,34	2.364,27	2.010,30	1.821,31
Rio Grande do Sul	2.628,77	2.430,82	2.730,41	2.965,45	2.290,34	2.218,09	1.714,86	1.762,79	1.504,50
Região Centro-Oeste	1.110,79	1.166,33	1.873,10	1.596,84	1.888,91	2.224,29	1.471,33	1.072,16	921,98
Mato Grosso do Sul	1.489,46	1.960,87	2.984,06	2.016,55	2.560,02	2.766,41	1.835,49	1.384,51	1.246,38
Mato Grosso	519,02	503,23	791,81	804,72	676,24	909,32	786,96	659,29	582,80
Goiás	1.185,63	1.040,17	1.814,13	1.782,74	2.181,07	2.622,50	1.603,24	1.086,21	877,21
Distrito Federal	2.768,41	2.238,35	2.097,87	2.344,43		3.721,62	3.340,65	2.662,02	2.865,92
Brasil	1.527,75	1.384,45	1.808,82	1.863,27	2.237,33	2.493,49	1.965,15	1.596,35	1.364,56

Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — venda: campos

	1992 1º semestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	104	77	186	128	114	216	154	121	106
Rondônia	175	181	258	223	313	465	262	399	206
Acre	58	110	217	75	132	93	79	0	165
Amazonas	102	78	155	110	66	99	169	199	0
Roraima	56	0	49	0	0	0	133	43	0
Pará	70	68	96	49	80	0	107	48	81
Amapá	0	23	163	111	0	46	56	50	62
Tocantins	121	75	237	155	116	208	174	142	108
Região Nordeste	209	199	291	236	258	387	363	294	253
Maranhão	52	45	91	88	83	151	186	162	106
Piauí	56	33	53	50	74	78	71	67	52
Ceará	123	112	187	166	151	210	191	200	78
Rio Grande do Norte	184	109	134	164	215	375	404	344	265
Paraíba	269	235	277	262	278	470	430	349	185
Pernambuco	318	341	401	491	365	659	622	470	399
Alagoas	498	0	800	0	0	0	1.144	0	0
Sergipe	619	554	622	559	494	913	1.025	862	706
Bahia	253	272	396	292	362	504	395	336	351
Região Sudeste	760	686	974	1.016	1.356	1.624	1.357	1.028	785
Minas Gerais	493	480	648	748	1.037	1.033	874	519	473
Espírito Santo	777	765	1.203	1.363	1.600	2.073	1.575	1.378	952
Rio de Janeiro	1.053	657	1.312	1.019	1.340	1.829	1.745	1.668	1.083
São Paulo	1.476	1.269	1.809	1.720	2.228	3.198	2.643	2.313	1.602
Região Sul	1.369	1.413	1.619	1.839	2.721	2.971	2.067	1.444	1.382
Paraná	1.599	163	1.814	2.141	3.338	3.657	2.373	1.603	1.580
Santa Catarina	860	831	1.186	1.170	1.354	1.450	1.385	1.091	944
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	...
Região Centro-Oeste	554	568	977	770	965	1.010	671	513	401
Mato Grosso do Sul	622	901	1.486	909	1.171	1.187	838	628	526
Mato Grosso	222	216	360	325	384	428	320	256	231
Goiás	724	471	890	946	1.174	1.238	743	576	388
Distrito Federal	1.031	998	1.106	1.199	0	2.605	1.875	1.436	1.454
Brasil	525	512	769	709	920	1.084	799	608	494

Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — venda: pastagens

	1992 1º semestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	252	211	473	410	267	464	400	350	288
Rondônia	277	321	464	318	567	787	459	469	334
Acre	99	221	143	176	361	256	253	0	347
Amazonas	287	232	290	298	235	324	293	453	0
Roraima	227	0	350	0	296	0	687	327	0
Pará	182	292	288	489	248	229	310	219	227
Amapá	0	94	464	250	0	225	335	369	203
Tocantins	284	173	580	396	249	550	400	394	309
Região Nordeste	332	330	535	438	450	598	532	467	362
Maranhão	110	99	221	143	155	274	294	319	214
Piauí	98	52	143	110	133	205	162	153	137
Ceará	150	153	221	170	182	241	232	263	118
Rio Grande do Norte	238	107	167	170	219	340	391	411	259
Paraíba	304	280	341	366	294	538	474	401	227
Pernambuco	497	494	529	731	675	903	853	691	629
Alagoas	731	0	1.400	0	0	0	1.426	0	0
Sergipe	980	897	935	868	879	1.348	1.515	1.182	878
Bahia	431	490	820	659	686	840	634	577	485
Região Sudeste	1.064	963	1.307	1.336	1.940	2.307	1.882	1.346	1.049
Minas Gerais	698	705	916	1.040	1.490	1.686	1.326	828	688
Espírito Santo	1.079	919	1.452	1.553	1.996	2.781	2.726	1.699	1.128
Rio de Janeiro	1.196	894	1.340	1.131	1.478	2.028	1.900	1.691	1.169
São Paulo	2.089	1.723	2.399	2.181	3.302	4.048	3.315	2.704	2.052
Região Sul	1.495	1.394	1.677	1.702	1.846	1.969	1.509	1.167	1.022
Paraná	2.007	1.837	2.244	2.446	3.425	3.810	2.515	1.669	1.710
Santa Catarina	1.040	932	1.409	1.210	1.487	1.796	1.658	1.420	1.145
Rio Grande do Sul	1.367	1.297	1.491	1.486	1.258	1.237	1.063	911	713
Região Centro-Oeste	787	929	1.471	1.185	1.463	1.603	1.079	862	645
Mato Grosso do Sul	954	1.385	2.072	1.339	1.856	1.830	1.196	894	751
Mato Grosso	406	379	592	563	539	758	647	536	466
Goiás	884	845	1.479	1.476	1.726	1.975	1.264	1.060	657
Distrito Federal	1.554	1.588	1.567	1.526	0	2.946	2.157	1.930	1.556
Brasil	796	806	1.163	1.064	1.305	1.516	1.151	890	704

Brasil — preços de terra (em R$ de outubro de 1996/ha) — venda: matas

	1992 1º semestre	1992 2º semestre	1993 1º semestre	1993 2º semestre	1994 1º semestre	1994 2º semestre	1995 1º semestre	1995 2º semestre	1996 1º semestre
Região Norte	118	129	167	145	134	187	152	153	149
Rondônia	164	191	337	219	292	466	272	344	212
Acre	39	87	77	30	96	105	85	0	209
Amazonas	64	41	32	60	77	73	65	125	0
Roraima	54	0	114	0	156	170	174	49	0
Pará	143	177	149	189	122	123	136	75	92
Amapá	0	77	278	122	0	56	65	190	78
Tocantins	190	111	365	220	134	381	295	249	175
Região Nordeste	158	150	240	210	219	279	266	250	186
Maranhão	54	51	104	61	71	145	160	174	117
Piauí	33	39	68	52	62	78	67	64	81
Ceará	124	135	176	157	184	249	213	218	96
Rio Grande do Norte	160	74	102	113	183	220	254	267	142
Paraíba	187	179	213	211	168	357	330	224	145
Pernambuco	213	180	240	321	283	449	368	351	277
Alagoas	296	0	752	0	0	0	1.023	0	0
Sergipe	477	437	506	443	394	685	745	643	481
Bahia	232	233	391	345	350	373	330	323	278
Região Sudeste	1.207	1.009	1.412	1.402	1.988	1.259	1.067	734	554
Minas Gerais	540	531	713	792	1.091	1.157	985	643	517
Espírito Santo	982	603	1.067	1.331	1.759	2.352	1.839	1.390	730
Rio de Janeiro	1.018	638	1.037	1.485	1.221	1.490	1.363	1.326	900
São Paulo	3.303	1.101	3.663	3.235	4.884	0	0	0	...
Região Sul	957	996	1.373	1.388	1.729	1.920	1.519	1.329	1.151
Paraná	1.133	931	1.329	1.346	1.904	2.044	1.532	1.325	1.202
Santa Catarina	1.061	1.091	1.436	1.450	1.474	1.740	1.497	1.336	1.078
Rio Grande do Sul									
Região Centro-Oeste	417	514	709	605	697	868	596	476	372
Mato Grosso do Sul	735	1.299	1.557	966	1.426	1.600	1.008	698	572
Mato Grosso	227	217	312	302	296	455	364	296	269
Goiás	724	600	1.126	1.341	1.318	1.515	948	887	504
Distrito Federal	2.712	504	1.967	1.329	0	2.047	2.443	1.891	1.217
Brasil	393	385	533	496	606	579	453	392	319

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

FRANGO

Crescendo em qualidade

Ao longo dos 10 primeiros meses do ano passado, a produção brasileira de frango de corte foi de 3,4 milhões de toneladas, igual à registrada no mesmo período de 1995. Essa repetição, após o forte crescimento de 21% detectado um ano antes, pode dar a impressão de que 1996 teria sido um ano problemático para o segmento, a ponto de desestimular novos investimentos. Longe de denunciar um retrocesso no setor, no entanto, essa estabilidade deve ser encarada como um sinal positivo. A explicação para o fenômeno passa pelo fato de que a criação de frangos é uma atividade de prazo relativamente curto, e essa agilidade é a grande responsável por sua capacidade de adaptação às mudanças de mercado.

O histórico descontrole dos criadores quanto à dosagem da oferta em relação à demanda fazia com que, a cada avanço do consumo, redobrasse o interesse no alojamento de pintos de corte, numa verdadeira corrida para o atendimento do mercado a preços mais convidativos do ponto de vista dos supridores.

Foi assim em 1995, numa reação em cadeia ao aumento da demanda gerado pela estabilidade dos preços com o fim do processo inflacionário. Naquele ano, o forte aumento da produção avícola brasileira acarretou acentuada contração nos preços do varejo, impulsionando as vendas à medida que o quilo do frango resfriado descia ao emblemático patamar de R$1,00 em meados do segundo semestre. Com isso, o frango de corte foi alçado ao posto de símbolo do Plano Real, muito embora a mídia tenha dado pouco destaque ao fato de que o preço baixo se dava à custa de um forte aperto na margem de lucro dos criadores.

De fato, foi violenta a retração da rentabilidade dos criadores, apesar da oferta recorde de milho da safra 1994/95. No segundo semestre de 1995, a relação média anual entre o preço recebido e o custo de produção das aves no estado de São Paulo ficou em apenas 0,99, traduzindo as dificuldades pelas quais passavam os avicultores.

Se os números de 1995 serviram para deixar patente a enorme capacidade produtiva da avicultura brasileira, por outro lado eles também serviram como um alerta para os criadores. Afinal, a eventual repetição dos resultados ao longo de 1996 nada mais acarretaria do que a falência de grande parte dos segmentos envolvidos nesta atividade, pela total impossibilidade de absorção de novos prejuízos pelo segundo ano consecutivo.

Realisticamente, pode-se afirmar que a repetição do patamar de produção em 1996 indica amadurecimento da postura empresarial no setor. Ante a previsível menor oferta de milho da safra 1995/96, a desaceleração do ímpeto consumista da população ao final da euforia inicial do plano econômico e o acirramento da competição no comércio internacional de carne de aves, os criadores compreenderam a necessidade de uma sintonia fina entre a sua oferta e o perfil da demanda, que harmonizasse os interesses de ambas as partes.

Avicultura de cortes

Coeficientes técnicos, custo de produção e preço no atacado em diversos países — 1995

Item	Brasil	EUA	China	Tailândia	França	Japão	Rússia	Arábia Saudita
Densidade (aves/m^2)	10 a 12	14	15 a 16	8 a 12	16 a 25	12 a 15	18	17
Idade de abate (dias)	45	46	45 a 49	42 a 44	41	50 a 55	45 a 64	42
Peso médio de abate (kg)	1,8 a 2,2	2,00	2 a 2,5	1,8 a 2	1,7 a 2	2,7 a 2,9	1,2 a 1,8	1,5
Mortalidade (%)	5,00	5,00	5,00	5,70	3,0 a 7,5	3,00	4,5 a 20	8
Conversão alimentar	2,00	2,00	2,1 a 2,2	1,9 a 2,1	1,8 a 2,0	2,1 a 2,3	2,7 a 4,3	2,1
Custo de alimentação/t (US$)	165	176	289	280	315	415	287	347
Preço atacadista (UScents/kg)	94	123	133(E)	140(E)	205	326(E)	265(E)	379(E)

Fonte: Centro Francês de Comércio Exterior.
(E) Estimativa.

O ineditismo dessa ação parece indicar também que o setor avícola brasileiro de corte tende — como ocorreu nos EUA — para a predominância das integrações sobre a avicultura independente e para a venda varejista de partes de aves e produtos de maior valor agregado sobre a de frangos inteiros, já que a baixa rentabilidade indicada pelo preço relativo frango/ração é mais do que compensada pelo retorno das vendas de subprodutos.

Mercado externo: bons ventos e um problema

No *front* externo, o panorama avícola foi alvissareiro. A manutenção do preço do milho em patamares muito mais baixos do que se previa, em conseqüência da menor produção do cereal, facultou menor custo de produção da carne destinada ao mercado internacional. O segundo motivo foi a decisão governamental, tomada em setembro último, de isentarem-se da cobrança do ICMS as exportações brasileiras de produtos primários e semi-elaborados. Com a ação conjunta destes dois elementos, o país pôde reposicionar-se no cenário mundial como o segundo maior vendedor de carne de ave, posição que havia perdido para a França e Hong Kong (que opera como um entreposto).

Os dados da Associação Brasileira de Exportadores de Frangos (Abef), relativos aos meses de janeiro a setembro de 1996, indicam que as exportações brasileiras de carne avícola chegaram a 407,6 mil toneladas, ou 27% a mais do que um ano antes. Foram dignas de nota as vendas de aves inteiras à Arábia Saudita (55% do total) e de partes de frangos ao Japão (44% do total).

Em termos de arrecadação, ela alcançou US$597,5 milhões FOB, significando preço médio de US$1.400/t FOB. No caso, houve queda de quase 6% ante o preço médio do mesmo período de 1995, justificado pelo aumento da concorrência internacional nesse comércio. A participação das vendas de partes de frangos sobre o total avançou dois pontos percentuais, chegando a 50%. Ou seja, à semelhança do que vem ocorrendo no mercado interno, também no que tange aos compradores estrangeiros as empresas vendedoras da carne vêm preferindo intensificar o comércio de produtos de maior valor agregado (ver *Agroanalysis* vol. 16, n. 4).

Para o ano como um todo, a Abef prevê que as exportações de carne avícola devam chegar a 550 mil toneladas. Confirmado, este número significaria um novo recorde para o país, num patamar 41% acima da média anual do período 1990-95. O setor comemora esse resultado, já que as 434 mil toneladas exportadas em 1995 haviam ficado 13% abaixo do patamar inicialmente previsto.

Apesar do otimismo, os exportadores brasileiros não deixaram de registrar um sério problema no ano: a atitude extremamente protecionista da União Européia na aplicação das regras às suas importações de carne de aves, que acarretou mesmo uma queixa do governo brasileiro junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa disputa remete às negociações compensatórias ao acordo de oleaginosas no antigo Gatt entre a então chamada CEE e terceiros países. A proposta final das negociações foi assinada pelas partes em meados de 1993, para viger retroativamente a partir de 1-1-1994, tendo-se definido que poderiam dar entrada na Europa, com total isenção de impostos, 15,5 mil t/ano de cortes desossados de carne de frango e 2,5 mil t/ano de carne de peru oriundos de terceiros países exportadores de grãos e óleos. O ganho da transação seria expressivo, já que essa isenção implicaria o não-pagamento de US$2,7 mil/t de carne avícola, ou cerca de 80% do seu preço.

No entanto, houve três desdobramentos problemáticos. O primeiro foi a complexidade da regulamentação do acordo, que terminou por atrasar a implementação das cotas tarifárias para o segundo semestre de 1994.

Em segundo lugar, o Brasil sentiu-se grandemente prejudicado com a decisão européia de reservar partes substanciais da cota a país não-produtor de oleaginosas (Tailândia, com 33%) e a país não-integrante da OMC (China, com 21%), numa evidente manobra para reduzir a parte brasileira das exportações.

Brasil — produção, exportação e consumo interno de carne de frango
1990 a 1996

Ano	Produção (t)	Exportação (t)	Consumo interno	
			Total (kg)	Per capita (kg)
1990	2.355,60	299,20	2.056,40	14,20
1991	2.627,80	321,70	2.306,10	15,70
1992	2.872,30	371,70	2.500,60	16,70
1993	3.143,00	433,50	2.709,50	17,90
1994	3.410,00	481,00	2.929,00	19,10
1995	4.050,50	433,70	3.616,80	23,20
1996*	2.997,70	407,60	2.590,10	–

Fonte: Apinco, Abef, IBGE.
* Janeiro a setembro.

O terceiro foi que a União Européia, contrariamente ao que ocorre com a cota Hilton para a carne bovina, não deu o direito de administração da cota de carne de aves ao Brasil. Com isso, o lucro da isenção terminou ficando com os próprios importadores europeus, que não informavam às empresas brasileiras se estavam comprando a mercadoria dentro da cota ou não. Além do mais, criou-se um mercado paralelo de licenças, pois a distribuição de cotas chegou a beneficiar empresas que, por serem de países não tradicionais importadores de frangos do Brasil, passaram a vendê-las a outros europeus que nelas tivessem interesse.

No momento, a Abef encontra-se especialmente engajada na busca de uma solução. Para tanto, ela vem assessorando o governo brasileiro na preparação de documentos necessários à consulta bilateral que oficialmente antecede a abertura de um *panel* na OMC. Segundo a associação, essa consulta deverá ocorrer em janeiro de 1997.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

COCO

Yes, nós importamos coco da Suíça

A sobreoferta de derivados importados nos últimos anos aviltou os preços internos, descontentando os produtores rurais. A crise leva ao questionamento tanto da eficiência da produção brasileira quanto da ética das estratégias industriais.

Ao contrário do que se possa pensar, o coqueiro, assim como a banana, não é uma planta brasileira. Sua origem é, provavelmente, a Ásia, de onde se origina também a banana. Essas duas plantas adaptaram-se tão bem às condições ambientais brasileiras que praticamente se tornaram símbolos nacionais.

Entretanto, paradoxalmente, somos importadores desses dois produtos. É surpreendente constatar que importamos coco até da Suíça! A Nestlé brasileira importa o produto suíço, numa operação triangular envolvendo Sri Lanka, Suíça e Brasil.

O que explica tamanha disparidade? É que, a exemplo dos outros produtos agrícolas importados pelo Brasil, as condições de compra no exterior pelas indústrias processadoras são, em geral, muito vantajosas, tanto em relação aos preços internacionais quanto em relação à política tarifária brasileira.

Estima-se que a demanda industrial brasileira alcance cerca de 15 mil toneladas de coco desidratado, que é processado e transformado principalmente em leite de coco e coco ralado. Em 1995 o mercado de leite de coco movimentou US$63,3 milhões, e o do coco ralado, US$72,4 milhões. A exemplo de outras cadeias agroindustriais, esses segmentos também apresentam uma forte concentração de mercado. A participação das três primeiras marcas de leite de coco no mercado é de 70% em volume, bem próxima à do coco ralado: 73%, de acordo com dados da Nielsen Brasil.

Coqueiro: versatilidade negligenciada

No coqueiro, tudo pode ser aproveitado — raiz, estipe, inflorescência, folhas, palmito e sobretudo o fruto, do qual se extraem vários derivados: leite de coco, coco desidratado e a própria água do coco, que recentemente começou a ser industrializada no Brasil. O aproveitamento da fibra do coco no Brasil ainda se dá em pequeno grau, mas vale a pena comentar o projeto de parceria entre a Universidade Federal do Pará e a Mercedes Benz do Brasil para produzir encostos de cabeça para caminhões a partir da fibra natural da casca do coco, no Pará (ver *Agroanalysis*, v. 15, n. 8, ago. 1995).

Valor mais que dobra em 1995

Brasil — leite de coco* (*coconut milk*) — varejo — informações de mercado — 1993-95 — mil e US$ mil

Ano	Volume	Valor
1993	9.175	27.745
1994	10.320	42.477
1995	13.173	63.285

Fonte: Nielsen Brasil.
* Excluem-se embalagem superior a 1kg, produto a granel, sem marca e sem fabricante.

No mercado mundial, os principais produtos comercializados são a copra (amêndoa de coco seca pronta para se extrair o copraol), a noz de coco (*coconuts in the shell*) e o coco desidratado (*desiccated coconut*). Segundo as últimas estimativas disponíveis da FAO, a copra é o principal produto negociado no mercado mundial em volume, mas em termos de valor o coco desidratado supera em muito os demais produtos.

Valor dobra em 1995

Brasil — coco ralado* (*grated coconut*) — varejo — informações de mercado — 1993-95 — mil e US$ mil

Ano	Volume	Valor
1993	4.547	29.883
1994	4.722	47.581
1995	6.342	72.361

Fonte: Nielsen Brasil.
* Excluem-se embalagem superior a 1kg, produto a granel, sem marca e sem fabricante.

As importações brasileiras se concentram em coco ralado e cocos frescos com casca, e uma menor quantidade de óleo.

A lista dos fornecedores do Brasil dá uma noção das grandes distorções existentes hoje no segmento. Além das importações asiáticas, compra-se também da Bélgica, Alemanha, Itália, Países Baixos e outros países europeus.

Até do Chile?

Brasil — coco e derivados — importações brasileiras — 1994-96

País	1994		1995		1996	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cocos frescos/secos, com casca						
Bélgica			24.000	4.905		
Costa do Marfim			120.000	11.751		
EUA			191	589		
Filipinas			30.300	42.875		
Itália	15	57				
Rep. Dominicana			24.000	4.905	56.054	250.000
Venezuela			2.708	69	2.885	2.700
Cocos frescos/secos, sem casca, mesmo ralados						
Argentina			307	3.830		
Chile					395.930	368.000
Taiwan (Formosa)			504	468		
Costa do Marfim	2.686.000	2.361.170	798.500	742.208	877.000	809.825
EUA					766	1.819
Filipinas	4.814.185	5.355.073	9.498.096	10.683.636	306.181	380.555
França					26.000	30.030
Índia					1.002.416	1.308.250
Indonésia	1.167.330	1.051.051	1.596.036	1.450.069	48.989	51.290
Itália	240	457	125	540		
Malásia	22.080	22.080	2.267.646	2.003.289		
México					467.117	680.457
Paraguai	33.780	29.370				
Países Baixos			22.680	40.000		
Rep. Dominicana	63.504	112.000	90.720	162.400	111.586	188.880
Cingapura					176.000	210.144
Sri Lanka	835.700	817.334	2.569.937	2.442.896	1.162.600	1.073.513
Suíça					50.750	49.011
Tailândia					560.195	651.714
Venezuela					88.000	116.060

Fonte: Secex.

A triangulação entre países asiáticos, países europeus e Brasil pode ser explicada pela instituição em anos recentes de direitos compensatórios por parte do Brasil sobre as importações dos países asiáticos (para a maior parte dos países, acima de 100% de tarifa compensatória). Tais alíquotas, por sua vez, refletiram o resultado de pressões e negociações dos produtores agrícolas brasileiros sobre a política comercial, depois que os agricultores conseguiram provar junto ao governo brasileiro a existência de fortes subsídios à produção de coco nos países asiáticos.

Estrutura da produção — coco-anão para o consumo in natura e gigante para a industrialização

Segundo o IBGE, o Brasil produz anualmente cerca de 980 milhões de cocos, dos quais 75% provenientes da região Nordeste. Cerca de 91% da área de plantio estão localizados no Nordeste, sendo que o relativo descasamento entre a área de plantio e a produção nordestina pode ser explicado por discrepâncias na produtividade entre todos os estados brasileiros. Note-se, por exemplo, que as produtividades no Pará, Rio de Janeiro e Espírito Santo são bem mais elevadas que nos estados nordestinos.

A exemplo do que ocorre com muitos produtos agrícolas no Brasil, a estrutura da comercialização do produto é indicada por agentes privados e associações de produtores, na falta de informações oficiais. Assim, a Asbracoco (Associação Brasileira dos Produtores de Coco), com sede em Recife, estima que atualmente:

- 35% da produção brasileira destinam-se à agroindústria;
- 35% destinam-se aos mercados do Sudeste-Sul, para suprir pequenas indústrias, panificadoras, docerias e outros usos;
- somente os 30% restantes ficam no mercado nordestino para o consumo *in natura* (o coco é um ingrediente referencial na culinária regional).

Em termos de variedades, há o coqueiro gigante (que pode estar em plantio sistematizado ou bosques nativos), destinado ao uso industrial, e o coqueiro-anão, destinado ao mercado de coco verde (água). A Asbracoco estima que a área de plantio do coqueiro gigante no Nordeste atinja atualmente 215 mil hectares, enquanto a do coqueiro-anão já alcance 17 mil hectares. Consideram que a produtividade média do gigante é de cerca de 30 cocos/pé/ano, o que é pouco, comparando-se com a do coqueiro-anão, que é de 180-200 cocos/pé/ano (o potencial desta variedade pode chegar a 300 cocos/pé/ano).

Atualmente, a Embrapa estuda o comportamento de variedades híbridas (cruzamento entre a anã e a gigante), buscando o "vigor híbrido", ou seja, a obtenção, na primeira geração do cruzamento, de um desempenho melhor do que o melhor desempenho conseguido dos pais. Tais frutos se destinariam tanto a indústria e culinária (destino tradicional do gigante) quanto ao consumo da água (destino tradicional do anão). Por enquanto, a produtividade física dos híbridos, cujo plantio tem-se expandido no Ceará e Rio Grande do Norte, tem atingido uma média de 120 frutos/pé/ano, similar à da Costa do Marfim.

Se no Brasil a produtividade média do gigante é de 30 cocos/pé/ano, nas Filipinas é de 27, na Indonésia de nove, na Malásia de 18 e no Sri Lanka, de 38. Parece haver em todos esses países condições estruturais precárias, o que invalidaria o argumento pró-importações de que no Brasil o processo produtivo seria menos eficiente do que nos países asiáticos, embora se reconheça que nossa produtividade é baixa em relação ao potencial da espécie (entre 50 e 80 frutos/pé/ano, segundo a FNP Consultoria).

A sempre difícil relação produtor-indústria

A cultura do coqueiro gerava em 1989 cerca de 50 mil empregos na região Nordeste, segundo a Asbracoco. No ano passado, após um declínio sistemático, esse número não ultrapassou 30 mil.

A eliminação de 20 mil empregos em um período de seis anos no segmento está relacionada à crise entre o setor produtivo e o industrial, gerada desde o início das importações de coco ralado integral em 1989, em função de uma queda na produção brasileira provocada por uma seca no Nordeste. Em função da importação de coco ralado integral desidratado e do leite de coco em pó, cujos preços na origem são beneficiados por mecanismos de *dumping* e de subsídios, em 1993 os produtores de coco fruto se mobilizaram e solicitaram ao governo a imposição de direitos compensatórios sobre o produto importado, tendo em vista o deslocamento de sua produção do mercado industrial.

Com relação ao consumo industrial, os números apresentados pelas indústrias são totalmente discrepantes dos mencionados pelos produtores rurais. De acordo com os agricultores, a indústria demanda cerca de 15 mil toneladas anuais de coco ralado, mas algumas indústrias alegam que são industrializadas no Brasil cerca de 30 mil toneladas anuais do produto, distribuídas entre os segmentos de grandes empresas de chocolate, biscoitos, bolos, iogurtes e sorvetes e ainda ao mercado de varejo, que comercializa o coco ralado em *sacnets* de 50 e 100g e leite de coco em vidros de 200ml e 500ml. A Ducoco, uma das empresas líderes do setor, alega que a produção brasileira não ultrapassa 20 mil t/ano, o que justificaria as importações.

Por outro lado, a própria Sudene corroborou as informações de que a produção de coco industrial na região Nordeste está estimada em 325 mil t/ano, a capacidade instalada no parque industrial processador é de apenas 266 mil t/ano e a demanda, de 113,7 mil t/ano, o que indica não apenas uma situação de auto-suficiência, mas também de um expressivo excedente de produção, comercializado no mercado regional para consumo *in natura* e em parte direcionado ao mercado extra-regional.

As importações a preços e tarifas muito baixos provocou o aviltamento dos preços internos, a desestruturação da atividade rural e a reação dos agricultores. Nos anos 90, o preço médio do coco fruto para a indústria desceu de um patamar de US$0,35/kg para um nível abaixo de US$0,18/kg, segundo a Asbracoco. Segundo a mesma instituição, o custo de produção por quilograma do produto brasileiro está próximo a US$0,42, enquanto o custo do produto importado, em função dos subsídios, atinge cerca de US$0,16/kg.

Em 1995, deu-se início à importações do coco fruto, o que agravou ainda mais a situação.

A articulação dos produtores rurais, que foi respaldada pela CNA (Confederação Nacional de Agricultura), levou o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, através do DTIC (Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial), a abrir em 1994 investigação de subsídios à produção e à exportação de produtos de coco originários dos países africanos e asiáticos. Em agosto de 1995, o governo baixou a Portaria Interministerial nº 11, estabelecendo os direitos compensatórios compatíveis com os subsídios recebidos nos países investigados. Assim, ficaram sobretaxadas as importações de coco ralado das Filipinas (121,5%), Indonésia (155,7%), Costa do Marfim (87,9%), Malásia (196,5%), Sri Lanka (81,4%) e as de leite de coco do Sri Lanka (175,8%).

Em 1996, no entanto, os conflitos indústria-produtor continuaram. Algumas indústrias estão triangulando importações Ásia—Europa—Brasil, fugindo assim dos direitos compensatórios sobre a Ásia. Os produto-

res rurais investigam ainda a possibilidade de subfaturamento nas importações e continuam pressionando o governo. Concomitantemente, denunciam na mídia contaminações por microorganismos no produto importado (ver box).

Os embates do caso do coco deverão acabar facilmente. Em maio de 1996, o governo brasileiro solicitou à Asbracoco a contratação de um advogado especializado para auxiliar a delegação brasileira em Genebra no processo movido pelas Filipinas junto à OMC, em processo de solução de controvérsias na imposição de direitos compensatórios sobre seus produtos. Em experiências anteriores de controvérsia no Gatt/OMC, que envolveram assuntos de interesse do Brasil, sugeriu-se que os produtores rurais contratassem firma de advocacia especializada nesses assuntos, com vistas a assessorar o governo brasileiro na preparação dos documentos que devem ser submetidos ao *panel*. Esse tipo de assessoria é normalmente feito por escritórios norte-americanos e tem se mostrado extremamente útil na formação de uma base jurídica para argumentação em torno da substância dos processos. Por enquanto, o Brasil está ganhando...

Nota: A autora agradece à dra. Maria José Lins do Nascimento, da Associação Brasileira dos Produtores de Coco (Asbracoco), Recife, pelas informações prestadas.

O impacto das importações de coco ralado

1. Prejuízos à produção nacional devido à concorrência com o produto importado comprovadamente subsidiado na origem.
2. Conseqüências na área de saúde pública decorrentes da internalização de coco ralado semi-industrializado, sobretudo das Filipinas, contaminado por fungos que o tornam inadequado para o consumo humano. Segundo a Asbracoco, cerca de 20% das amostras analisadas estavam contaminadas por fungos causadores de infecções pulmonares e urinárias, intoxicações graves, pneumonia e até câncer, conforme foi comprovado no laudo técnico do Laboratório de Fitopatologia do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros da Embrapa. O produto contaminado é usado na fabricação de derivados como leite de coco e recheio para bombom, entre outros. O caso foi encaminhado ao Ministério da Agricultura.
3. Introdução, através dos derivados importados da Ásia, de doenças exóticas inexistentes nos coqueirais brasileiros, com destaque para o amarelo-letal, transmitido por bactéria, e o cadang-cadang, transmitido por vírus, de efeitos imprevisíveis no Brasil sobre a cultura do coco.

Água de coco — 125 milhões de litros de delícia por ano

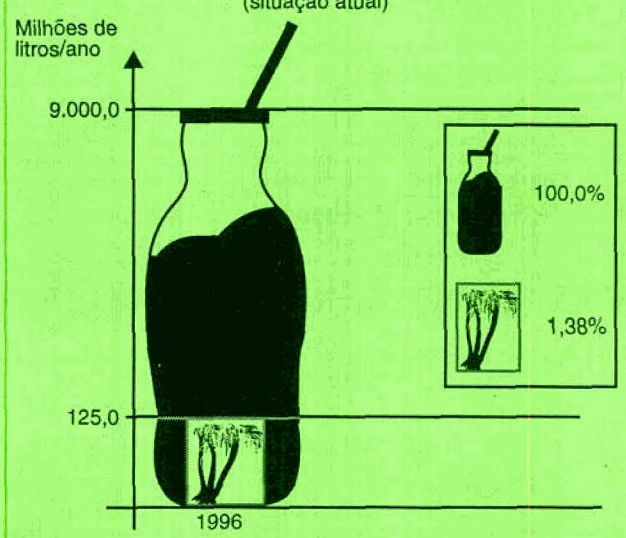
Não há estatísticas oficiais; mas os produtores rurais do Nordeste, com base na estimativa da atual área plantada com o coqueiro-anão (em torno de 20 mil hectares), variedade da qual se obtém o fruto para o mercado do coco verde (água), e tendo em vista a produtividade média dos coqueirais em torno de 117 coco/pé/ano, estimam que são produzidos anualmente no Brasil cerca de 125 milhões de litros de água de coco/ano. Isto representa apenas 1,4% do consumo anual de refrigerantes no Brasil, que alcança hoje cerca de 9 bilhões de litros anuais.

A meta dos produtores rurais é modesta: pretendem crescer nos próximos anos 206% e atingir 5% do consumo anual de refrigerantes, chegando aos 450 milhões de litros e ocupando 61 mil hectares.

A água de coco embalada, por sua vez, começa a penetrar mais agressivamente no varejo (supermercados e lanchonetes) do mercado cada vez mais disputado dos isotônicos (bebidas revigorantes), ao qual o produto pertence. As principais marcas são a Kero-coco e Sococo. Uma *joint-venture* entre a Sococo de Alagoas e o grupo Irgominas, distribuidor da Coca-Cola e Kaiser em Minas Gerais, gerou a empresa Amacoco, Água de Coco da Amazônia Ltda. A empresa espera faturar US$1 milhão mensal a partir do final de 1996. Os agricultores paulistas estão atentos: nas regiões mais quentes do estado pequenos produtores expandem o plantio do coqueiro-anão, como alternativa de diversificação.

Brasil — Comparativo de consumo anual

Refrigerante x água de coco
(situação atual)



Fonte: Asbracoco.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

TRIGO

Trigo bom e barato

A safra brasileira chegou ao fim com a quantidade dentro do esperado e qualidade considerada, em geral, muito boa. Infelizmente, grandes produtores/exportadores mundiais também investiram em seus trigais, e o resultado são preços deprimidos internacionalmente.

A safra brasileira estava encerrando sua colheita em meados de dezembro, em uma conjuntura de grandes indefinições.

No mercado interno, as lavouras paranaenses, segundo estimativas do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura do Paraná, produziram 1,94 milhão de toneladas de trigo e cerca de 100 mil toneladas de triticale. Este último é um híbrido de trigo e centeio, mas o IBGE o computa como trigo em seus levantamentos. A área colhida foi de 1,05 milhão de hectares, no caso do trigo, e de 48 mil hectares, no do triticale.

Aproximadamente 75% da safra devem estar classificados como de qualidade superior e do tipo 1, com peso hectolítrico de 76 a 78. Só 1% da safra é de trigo germinado, que terá de ser vendido como triguilho.

Em termos de mercado, a situação permanece desfavorável aos agricultores. Vigora o preço mínimo para o tipo superior (R$157/t), mas o produtor acaba recebendo, com os descontos, R$140/t. Calcula-se que apenas 34% da safra já estavam vendidos e há expectativa quanto aos leilões oficiais, iniciados há pouco. Em 7 de dezembro, foram vendidas em leilão 30 mil toneladas e, em 13 de dezembro, mais 30 mil toneladas.

O resultado disso tudo é um grande desestímulo. A Secretaria da Agricultura acredita que a área de plantio deverá voltar, na próxima safra, aos 579 mil hectares para o trigo e 49 mil hectares para o triticale, repetindo-se o movimento pendular velho conhecido dos triticultores. Aliás, segundo técnicos do setor, a área só não cai a zero porque, de fato, não existe alternativa viável para o trigo no inverno. Com a retração esperada, deverá ampliar-se a safrinha de milho.

No Rio Grande do Sul, que terminaria sua colheita até o final de dezembro (tem obtido produto majoritariamente de classe superior, tipo 2), também se apresenta, de acordo com análise do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo (CNPTrigo), da Embrapa, a mesma tendência de redução da área. Estima-se que os leilões governamentais terão grande influência, mas continuará a preocupação quanto ao futuro da atividade, por não se saber se o governo federal quererá bancar a lavoura, mais uma vez, em 1997.

É interessante observar que algo entre 30 e 50% das culturas gaúchas de verão estão empregando o plantio direto. Na triticultura, este ano foi usada tecnologia superior à do ano passado, lamentando-se nas zonas de produção o desenvolvimento posterior do mercado. Em média, o desempenho no campo poderia ser bem melhor, pois hoje existem alguns nichos de alta tecnologia disseminados, que puxam para cima a média estadual de rendimento físico. Tamanho desestímulo faz prever, obviamente, importações maiores em 1998.

Tendências do mercado

Em 1997, a situação do mercado tende a ser semelhante à dos últimos meses, com acentuada instabilidade, derivada da configuração *climática* do mercado. Em dezembro, a Bolsa de Chicago apresentou repentinos avanços e recuos, em função de divulgações de relatórios sobre o clima em várias áreas do mundo. Clima desfavorável às plantações dos EUA e da Argentina e movimento de maiores exportações deram o tom, em linhas gerais.

Na Argentina, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) calcula a safra em 15,5 milhões de toneladas, mas há estimativas que oscilam de 14 a 17 milhões de toneladas, a maior safra em muitos anos (ver *Agroanalysis*, v. 16, n. 10, out. 1996).

Ocorre, porém, que fortes chuvas têm prejudicado a colheita. Ao sul de Buenos Aires, verificaram-se danos elevados nas lavouras, espalhadas por cerca de 200 mil hectares. O Ministério da Agricultura local supõe perdas de até 1 milhão de toneladas, mas os produtores acreditam que este número foi superdimensionado para tentar influenciar uma alta na Bolsa de Chicago.

A esse respeito, o CNPTrigo atenta para o fato de que essa redução de quantidade poderá não ser compensada por maior produtividade das plantações, como esperam as autoridades argentinas. Com efeito, os agricultores daquele país, no afã de obterem bons ganhos com uma safra *cheia*, plantaram em áreas marginais, fora de sua região preferencial, o que seguramente trará problemas de qualidade. Como a colheita seguirá até fevereiro (em fins de dezembro, teriam colhido só a metade da safra), o desenvolvimento dos trigais argentinos continuará afetando as cotações internacionais por algum tempo.

Outros países importantes produtores/exportadores, como a Austrália, também arriscaram expansão da triticultura. Os australianos colherão sua segunda maior safra (21,3 milhões de toneladas), ajudando a rebaixar os preços mundiais.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Preços continuam em queda

O comportamento do indicador físico de preço do milho entre 20 de novembro e 20 de dezembro foi o mais puro reflexo do momento atípico pelo qual esse mercado vem passando. Em plena entressafra, a cotação caminhou diariamente para níveis cada vez mais baixos, e o último preço cotado foi 11,7% menor do que o de 30 dias antes.

A continuação do movimento decididamente baixista dos preços do milho iniciado em outubro assustou os analistas. Alguns acreditavam que, a 30 dias do início da intensificação das compras de carnes por parte das redes varejistas, com vistas às festas de fim de ano, seria possível reverter o desânimo do mês precedente. As cotações porém prosseguiram incólumes em sua marcha descendente, num reflexo claro de que o mercado dispõe de mais milho do que necessita para o consumo.

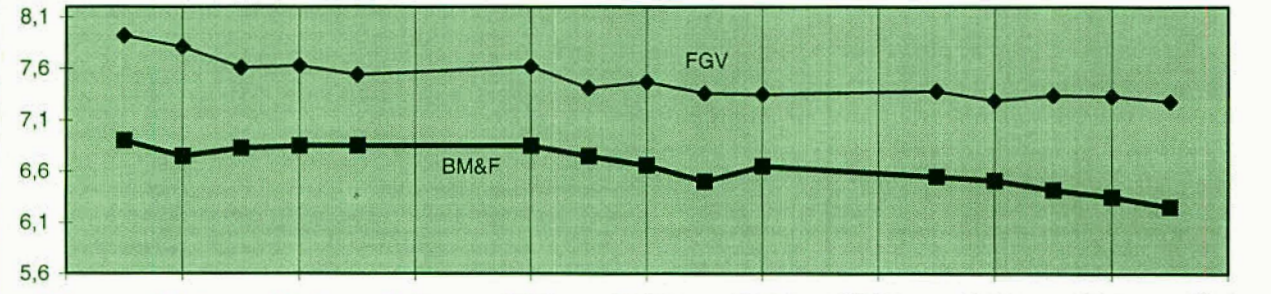
A explicação para o fenômeno reside em grande parte na demanda originária dos criatórios de pequenos e médios animais. No caso da avicultura de corte, os produtores optaram por manter a oferta sob controle, como forma de evitar a repetição da baixa lucratividade observada em 1995. O mesmo se verificou junto à avicultura de postura, cuja produção de 15,9 bilhões de unidades em 1996 praticamente repetiu a do exercício anterior. No que diz respeito à suinocultura, com o aumento da produção os criadores tiveram grande dificuldade em repassar seus custos, até porque a carne de porco é tradicionalmente a de menor competitividade no complexo. Foi necessário buscar o maior aperto possível nos custos de produção desses animais, cujo componente primordial é o milho.

Uma outra explicação provém do fato de que muitos consumidores industriais intensificaram a estocagem do grão, devido a previsões de escassez do produto durante a entressafra. À medida que sua cotação ultrapassava R$9,00/60kg, logo ao final da colheita da primeira safra, era voz corrente que seria impossível evitar uma fase fortemente altista após o escoamento da safrinha.

O terceiro elemento proveio da ação extremamente profissional do governo visando ao suprimento de qualquer demanda extraordinária através dos leilões de seus estoques. Nesse caso, destacaram-se não só o *timing* muito bem calculado para a realização dos pregões, como também a qualidade e a quantidade do produto — ambas superiores ao esperado.

Correndo por fora do panorama de oferta e demanda, no início de dezembro um novo elemento veio juntar-se ao elenco de fatores baixistas no mercado do milho. Trata-se da informação de que estaria havendo substituição do milho pelo trigo de baixa qualidade. Deve-se observar, porém, que essa substituição tem limitações técnicas no caso especial da avicultura, além de depender primordialmente dos preços relativos dos dois grãos. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (Anfar), a substituição do milho pelo trigo em grão na alimentação das aves pode chegar a 35%, mas apenas no caso de este último custar até 75% do preço do milho.

Indicador físico FGV *versus* Preços futuros para março BM&F



Durante os 20 primeiros dias do mês de dezembro, os valores para os contratos do primeiro futuro de milho — vencimento em março próximo — também tenderam à queda. Outro não poderia ser o panorama projetado, já que se trata do mês do início da colheita do grão no Centro-Sul do país, com o conseqüente forte aumento da oferta gerando desaquecimento dos preços.

Vale lembrar que a projeção realizada em novembro último pela Conab para a oferta total de milho na temporada 1996/97 é de que ela atinja a quantidade recorde de 37,1 milhões de toneladas, 4% acima do patamar registrado em 1994/95, até então o ano-safra de maior abundância.

IRENE RAGUENET TROCCOLI
EDGAR COSTA FILHO
ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

Agroanalysis: a revista mais adequada aos interessados no Agribusiness



Uma visão de negócios necessita do instrumento adequado

Agroanalysis é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Opções de pagamento

- ❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
- ❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
- ❑ Cartão de crédito

Solicito

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... *Telefone* ..... *Fax* .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

Central de Atendimento ao Assinante
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948

Preços se mantêm desaquecidos

Em novembro de 1996, os preços dos produtos que compõem o índice FGV/Abag se reduziram em 0,09% abaixo da variação do IGP-DI (0,28%). Já no acumulado do ano, os preços do índice FGV/Abag registraram 9,7%, variação superior à do IGP-DI (8,4%), refletindo o fato de que um ano atrás os preços dos produtos de origem agrícola se encontravam extremamente defasados.

Quanto aos produtos no nível do atacado, constata-se que as matérias-primas brutas tiveram queda de 1,28% no mês em função da desaceleração dos preços do trigo, que se encontra em plena colheita, e do boi gordo, afetado por uma demanda tímida.

No nível do varejo, os preços dos produtos de origem agrícola também não mostram sinais de aquecimento, apesar de se estar em plena entressafra. Por um lado, as importações contribuem para manter os preços acomodados. Por outro, é de se acreditar que os consumidores, já adaptados a uma conjuntura de preços estáveis, tenham deixado de estocar comida e prefiram utilizar eventuais sobras de caixa para adquirir outro tipo de bens.

Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

Índice FGV/Abag — últimos resultados

	Índice FGV/Abag total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Junho 1996	1,33	1,92	4,92	-0,04	0,14	0,09	0,17	0,55
Jul.	0,00	0,00	-0,89	-0,88	2,89	0,00	-0,91	-5,49
Ago.	-0,89	-0,88	-1,67	-0,36	-0,91	-0,96	-1,31	-0,41
Set.	-0,12	0,62	-2,23	2,48	-1,67	-1,81	-2,19	-0,17
Out.	0,18	0,32	-1,45	1,46	-0,12	-0,15	-0,16	0,18
Nov.	-0,09	-0,07	1,83	-1,28	-0,15	-0,22	-0,35	0,63
Acum. 1995	0,56	-3,87	-7,26	-0,03	10,21	8,40	6,39	33,86
Acum. 1996	9,67	13,35	15,38	11,67	2,41	1,84	1,23	8,35
Nov. 1995	1,60	-2,00	-4,24	0,54	9,40	7,51	5,46	34,30

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
RAKEL LIMA DOS SANTOS

A safra 1997: perspectivas pouco animadoras

Em novembro, o IBGE realizou seu segundo levantamento relativo às intenções de plantio para a safra do Centro-Sul e Rondônia, a chamada safra de verão. Mantêm-se as perspectivas que também são apontadas pelas pesquisas da Conab: a área plantada se situa próxima à do ano anterior, mas o desempenho do rendimento físico das lavouras permite antecipar um aumento da quantidade colhida. Novamente, as forças da natureza serão as responsáveis pelo resultado final da colheita.

As causas do quadro são conhecidas. Apesar das boas intenções expressas pelos envolvidos, ainda não foi possível criar um ambiente que estimule o produtor rural a expandir o plantio. A reduzida safra colhida em 1996 e as facilidades para importar (taxas de juros inferiores às vigentes no mercado interno e prazos de pagamento mais longos, para não falar da taxa de câmbio) inibiram a recuperação da renda dos agricultores e, portanto, os recursos para financiar sua atividade. O mercado ainda não conseguiu viabilizar instrumentos efetivos para substituir uma política agrícola que se esgotou.

Das 13 culturas pesquisadas pelo IBGE, apenas quatro registraram aumento na área plantada: amendoim em casca, fumo, mandioca e soja. Causa preocupação a queda da área destinada ao arroz, ainda o principal cereal da mesa do brasileiro. É verdade que um número significativo de orizicultores brasileiros transferiu suas atividades para a Argentina e o Uruguai e, portanto, não deverá haver falta do produto. Ainda assim, a situação é problemática, uma vez que a redução da área atinge praticamente todos os estados produtores (com exceção de Minas Gerais). No Centro-Oeste, a queda de 16% na área destinada ao cereal é grave, porque aí as incertezas climáticas podem ter impactos altamente desfavoráveis, dado que a produção é de sequeiro. No Sul do país, a redução de cerca de 4% na área indica a desativação de instalações de irrigação.

Quanto ao algodão, o quadro é ainda mais preocupante, pelo impacto que a atividade tem sobre os níveis de emprego rural.

De boas notícias, apenas a possibilidade de um aumento na produção de soja, sobretudo tendo em vista que as condições climáticas têm-se mostrado bastante favoráveis ao desenvolvimento da leguminosa nos seus estágios iniciais de desenvolvimento, permitindo prever um bom rendimento agrícola.

Estimativa da área a ser plantada na região Centro-Sul e em Rondônia

Safra 1996/97

Cultura	1996		1997	Variação percentual	
	Plantada (a)	Colhida (b)	Plantada ou a plantar (c)	c/a	c/b
Algodão herbáceo	557,86	557,31	398,21	-28,62	-28,55
Amendoim em casca (1ª safra)	58,58	58,55	59,00	0,72	0,78
Arroz	2.378,37	2.347,40	2.192,81	-7,80	-6,59
Batata-inglesa (1ª safra)	109,92	109,51	107,58	-2,13	-1,76
Cana-de-açúcar*	3.617,41	3.601,07	3.513,92	-2,86	-2,42
Cebola	64,64	64,05	63,81	-1,27	-0,37
Feijão (1ª safra)	1.258,42	1.206,58	1.191,96	-5,28	-1,21
Fumo	263,40	261,14	279,29	6,03	6,95
Mamona	1,76	1,76	1,76	0,00	0,00
Mandioca	516,73	511,73	540,92	4,68	5,70
Milho (1ª safra)	8.555,64	8.332,01	8.541,82	-0,16	2,52
Soja	10.206,03	10.194,48	10.406,07	1,96	2,08
Tomate	39,61	39,53	38,85	-1,92	-1,71
Total	27.588,74	27.245,59	27.297,17	-1,06	0,19

Fonte: IBGE, LSPA. *Prognóstico da produção agrícola para 1997 na região Centro-Sul e Rondônia.*
* Área destinada à colheita.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Brasil — algodão

A queda de 17% esperada na produção da safra 1996/97 reforça o quadro de crise em que se encontra a cotonicultura brasileira, cujas importações deverão representar quase 60% do consumo interno.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	170,00	133,00	106,00
Produção	538,00	415,00	344,00
Importação	282,00	390,00	480,00
Consumo interno	804,00	830,00	850,00
Exportação	52,00	2,00	10,00
Estoque final	133,00	106,00	70,00

Brasil — arroz em casca

Pelo segundo ano consecutivo, a produção de arroz deverá ser inferior à precedente, refletindo as conseqüências nefastas do endividamento dos rizicultores gaúchos sobre a lavoura.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	1.573,00	2.136,00	1.544,00
Produção	11.237,00	10.062,00	9.702,00
Importação	979,00	1.100,00	1.550,00
Consumo interno	11.618,00	11.734,00	11.851,00
Exportação	35,00	20,00	6,00
Estoque final	2.136,00	1.544,00	939,00

Brasil — feijão

A atratividade dos preços recebidos pelos produtores ao longo de 1996 refletiu-se no maior interesse pela cultura do feijão na temporada 1996/97, cuja produção deverá ser 5,1% superior à precedente.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	399,00	396,00	230,00
Produção	3.158,00	3.044,00	3.200,00
Importação	190,00	90,00	100,00
Consumo interno	3.350,00	3.300,00	3.250,00
Exportação	0,00	0,00	0,00
Estoque final	397,00	230,00	280,00

Brasil — milho

Apesar da forte concorrência da soja à época do plantio, a cultura do milho também atraiu grande parte dos produtores, e sua colheita deverá ser beneficiada pelas condições climáticas favoráveis observadas nas áreas produtoras do Centro-Sul na primeira safra.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	5.429,00	8.178,00	4.417,00
Produção	37.442,00	32.481,00	34.361,00
Importação	984,00	500,00	1.500,00
Consumo interno	35.678,00	36.391,00	37.119,00
Exportação	0,00	350,00	0,00
Estoque final	8.178,00	4.417,00	3.158,00

Brasil — soja em grão

A atratividade dos preços internacionais da soja em 1996 favoreceu-lhe o plantio na atual temporada, cuja maior produção não só compensará o pequeno estoque inicial como também facultará o aumento de 7% nas exportações.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	1.401,00	1.080,00	620,00
Produção	25.934,00	23.190,00	25.508,00
Importação	802,00	1.200,00	1.200,00
Consumo interno	23.537,00	21.300,00	22.900,00
Exportação	3.519,00	3.550,00	3.800,00
Estoque final	1.080,00	620,00	628,00

Brasil — trigo

O forte interesse dos agricultores pelo plantio de trigo em 1996/97 deverá redundar em colheita 108% superior à precedente, sem, no entanto, conseguir evitar o avanço simultâneo das importações do grão.

1994/95 a 1996/97 — em milhões de t

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Estoque inicial	1.773,00	2.160,00	771,00
Produção	2.138,00	1.524,00	3.170,00
Importação	6.487,00	5.241,00	5.409,00
Consumo interno	8.238,00	8.154,00	8.050,00
Exportação	0,00	0,00	0,00
Estoque final	2.160,00	771,00	1.300,00

Fonte: Conab (novembro 1996).
[p] Previsão.

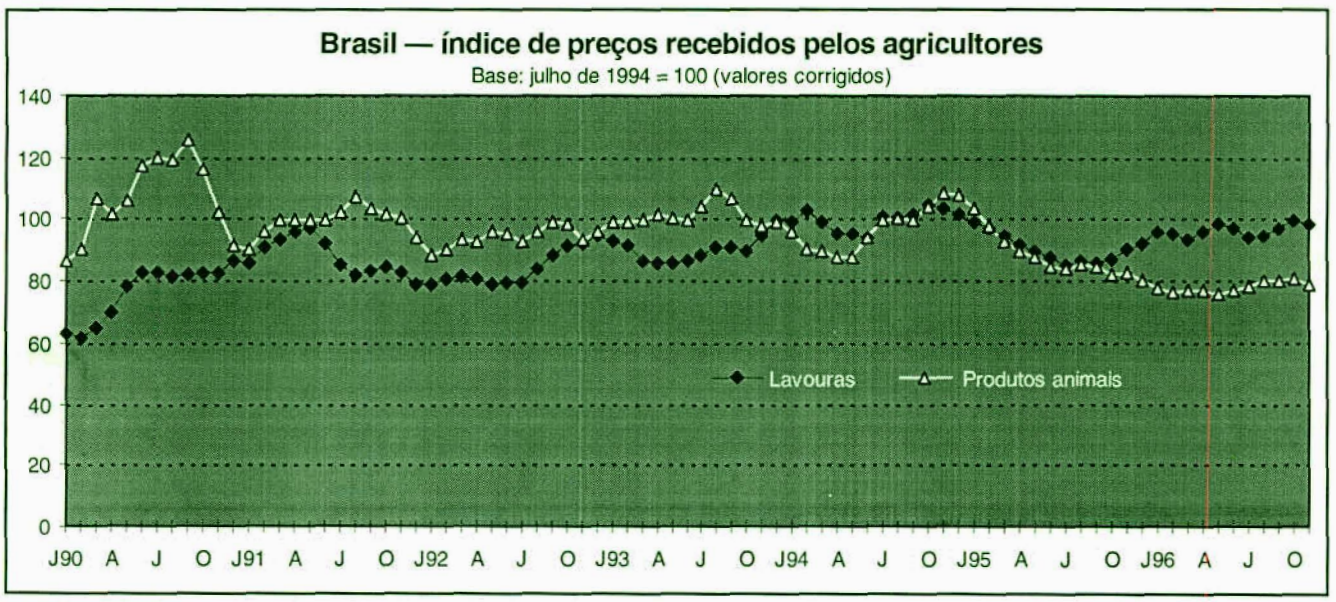
IRENE RAGUENET TROCCOLI

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,010	0,010	0,010	0,010
1992	0,110	0,140	0,080	0,120	0,110
1993	2,600	3,210	1,900	2,830	2,670
1994	70,490	73,190	66,860	70,140	70,350
1995	106,130	106,890	104,210	102,880	105,060
1996	125,274	135,852	108,571	101,652	116,761
Nov. 94	110,430	114,420	104,110	115,870	112,340
Dez.	109,180	114,840	100,500	115,510	111,390
Jan. 95	107,850	113,180	99,640	112,680	109,560
Fev.	106,900	110,410	101,210	107,540	107,190
Mar.	106,080	104,650	107,550	103,850	105,380
Abr.	104,520	101,610	108,370	102,420	103,870
Maio	103,290	97,680	111,640	100,990	102,560
Jun.	103,290	97,940	111,180	99,680	102,100
Jul.	102,830	101,050	104,420	101,290	102,380
Ago.	105,650	105,750	104,170	104,270	105,260
Set.	103,390	104,690	100,090	102,090	103,030
Out.	105,390	108,150	99,880	99,750	103,500
Nov.	111,030	116,160	102,020	101,120	107,600
Dez.	113,370	121,440	100,310	98,860	108,250
Jan. 96	120,380	131,540	103,150	97,590	112,130
Fev.	120,190	128,810	106,130	96,640	111,640
Mar.	117,800	124,310	106,540	97,030	110,340
Abr.	122,420	129,680	110,040	98,410	113,710
Maio	127,240	136,530	112,060	98,500	116,660
Jun.	127,610	137,390	111,790	100,920	117,880
Jul.	125,080	136,560	107,160	103,330	117,330
Ago.	125,470	139,540	104,390	106,070	118,660
Set.	129,090	143,050	107,990	106,330	120,990
Out.	132,570	146,800	111,040	107,640	123,640
Nov.	131,190	146,263	108,706	105,626	121,991

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

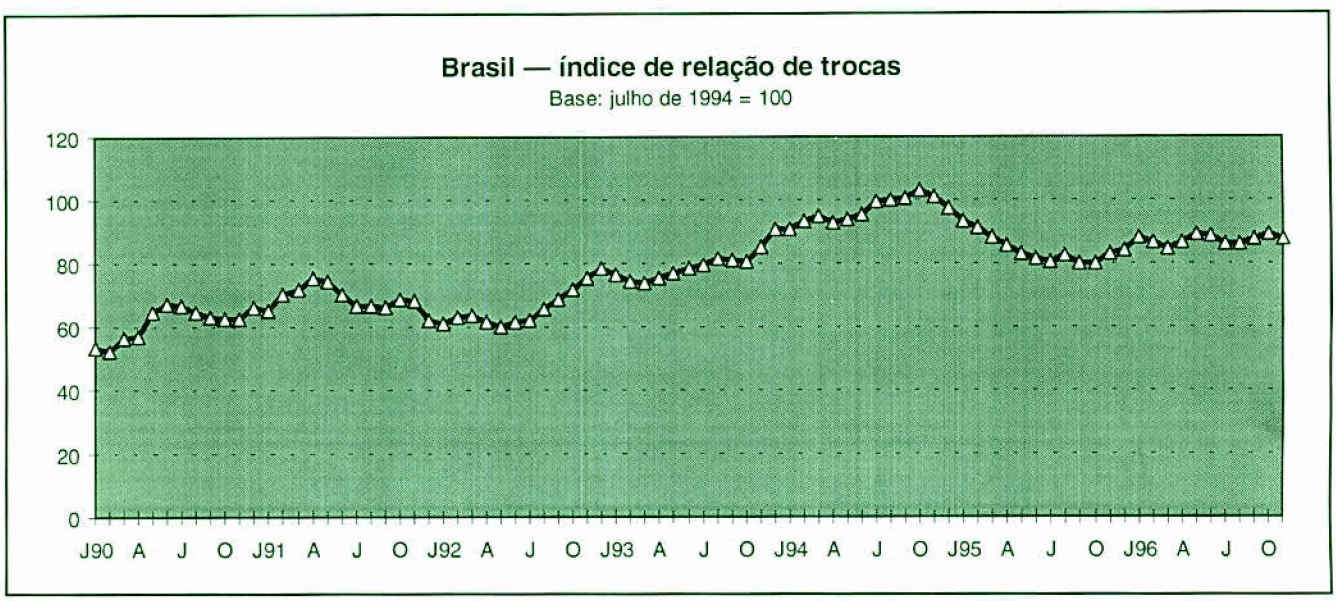
Em novembro os preços recebidos pelos produtores rurais registraram ligeira queda.



Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,020	0,010	0,010	0,010	0,020	0,010
1992	0,140	0,170	0,160	0,180	0,150	0,150	0,160
1993	2,910	3,060	3,180	3,380	3,260	3,010	3,110
1994	70,360	69,590	69,560	70,490	69,380	78,290	71,440
1995	107,530	111,210	105,200	118,390	101,830	193,850	125,840
1996	117,533	129,693	113,108	126,548	110,511	238,089	143,030
Nov. 94	104,790	103,060	100,300	108,170	100,000	134,780	109,200
Dez.	106,710	102,540	100,300	106,990	100,000	149,650	112,030
Jan. 95	106,310	103,890	100,810	108,950	100,000	164,470	115,410
Fev.	105,950	104,450	102,150	110,670	100,000	169,460	116,800
Mar.	106,470	106,420	102,640	114,140	100,000	181,420	120,150
Abr.	106,140	108,580	104,110	115,120	100,000	186,270	121,850
Maio	105,840	108,300	104,060	118,550	100,000	199,200	124,700
Jun.	106,080	108,850	104,210	119,210	100,000	206,690	126,300
Jul.	107,750	108,730	105,510	121,690	100,000	208,650	127,350
Ago.	108,080	110,110	105,740	121,740	100,000	208,020	127,670
Set.	108,690	113,450	106,740	122,310	100,000	209,280	129,070
Out.	109,070	118,040	107,880	121,910	107,340	211,620	131,990
Nov.	109,610	120,980	108,740	122,750	107,340	215,830	133,840
Dez.	110,330	122,680	109,840	123,620	107,340	217,780	134,990
Jan. 96	111,230	124,800	110,550	124,580	107,340	222,210	136,720
Fev.	111,980	125,910	111,490	125,150	107,340	227,800	138,360
Mar.	113,230	127,160	111,590	126,210	107,340	230,690	139,580
Abr.	114,580	128,130	111,980	126,240	111,430	234,580	141,470
Maio	116,710	129,050	112,670	126,840	111,420	236,510	142,570
Jun.	118,450	130,230	113,350	126,740	111,640	239,980	143,900
Jul.	119,430	130,750	113,970	126,600	111,640	243,030	144,820
Ago.	121,080	132,180	114,530	127,040	111,640	244,950	145,930
Set.	124,800	134,130	115,280	127,560	111,640	247,170	147,610
Out.	126,308	135,454	116,365	128,332	111,635	248,898	148,732
Nov.	127,968	136,156	117,171	128,648	111,635	250,799	149,666

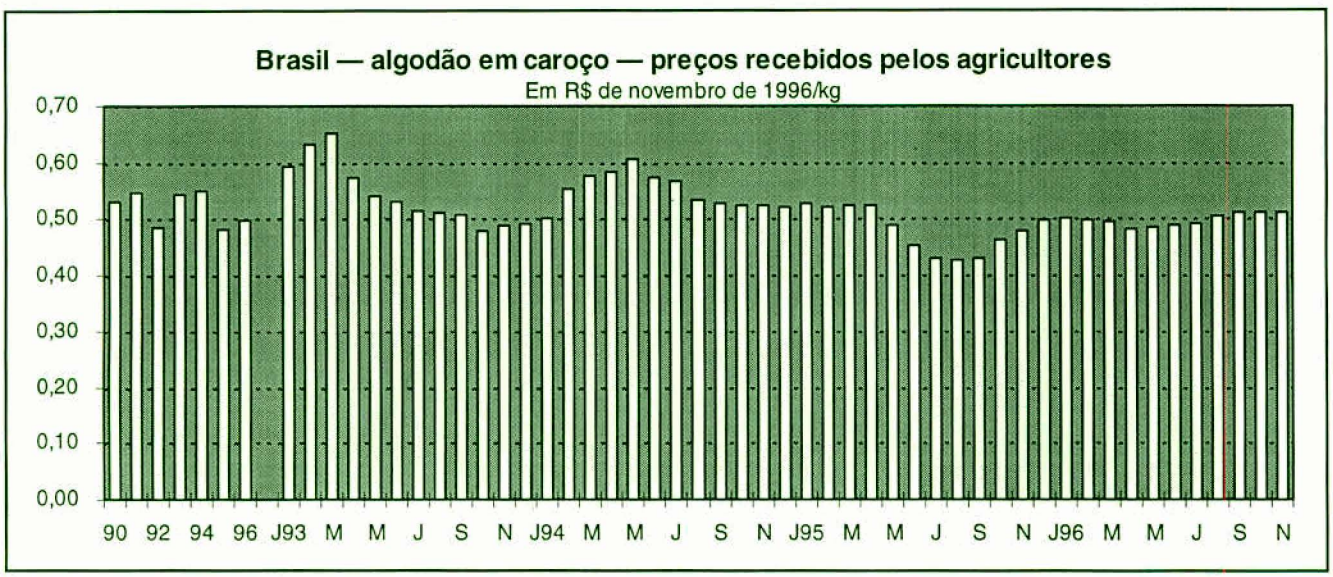
Com o auge da entressafra, a relação de trocas registra discreta melhora.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de novembro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,53	0,46	0,28	0,36	0,42	17,79	0,71	15,46
1991	0,55	0,54	0,35	0,37	0,45	20,15	0,67	16,52
1992	0,48	0,38	0,26	0,27	0,29	19,96	0,58	17,15
1993	0,54	0,48	0,25	0,28	0,32	17,63	0,73	15,32
1994	0,55	0,43	0,25	0,36	0,50	18,53	1,31	15,80
1995	0,48	0,39	0,20	0,54	0,36	17,15	1,18	14,20
1996	0,50	0,40	0,21	0,42	0,28	16,14	0,97	15,47
Nov. 94	0,53	0,55	0,25	0,45	0,56	15,91	1,49	14,64
Dez.	0,52	0,53	0,26	0,46	0,49	15,60	1,31	14,72
Jan. 95	0,53	0,50	0,26	0,49	0,49	16,56	1,23	14,30
Fev.	0,52	0,46	0,24	0,47	0,46	17,11	1,26	14,20
Mar.	0,52	0,36	0,21	0,51	0,43	19,43	1,36	13,94
Abr.	0,52	0,40	0,20	0,58	0,38	19,24	1,32	13,51
Maio	0,49	0,38	0,19	0,59	0,50	19,95	1,33	13,85
Jun.	0,45	0,38	0,18	0,62	0,61	18,36	1,21	13,79
Jul.	0,43	0,38	0,18	0,62	0,43	15,24	1,09	13,72
Ago.	0,43	0,34	0,19	0,60	0,27	15,60	1,14	14,04
Set.	0,43	0,34	0,19	0,51	0,23	15,43	1,10	14,09
Out.	0,46	0,36	0,19	0,50	0,20	15,47	1,07	14,86
Nov.	0,48	0,38	0,20	0,49	0,18	16,99	1,07	14,98
Dez.	0,50	0,38	0,21	0,47	0,17	16,38	1,01	15,10
Jan. 96	0,50	0,36	0,22	0,45	0,20	15,57	1,03	14,94
Fev.	0,50	0,35	0,22	0,45	0,18	15,22	1,14	14,90
Mar.	0,50	0,32	0,21	0,39	0,22	14,97	1,14	14,74
Abr.	0,48	0,34	0,21	0,42	0,27	15,42	1,09	15,50
Maio	0,48	0,35	0,21	0,40	0,32	16,69	1,08	15,61
Jun.	0,49	0,38	0,20	0,42	0,37	16,14	1,00	15,63
Jul.	0,49	0,39	0,20	0,48	0,35	15,47	0,84	15,67
Ago.	0,50	0,44	0,20	0,43	0,32	15,17	0,79	15,71
Set.	0,51	0,47	0,20	0,42	0,32	15,51	0,86	15,78
Out.	0,51	0,45	0,21	0,41	0,30	18,28	0,86	15,84
Nov.	0,51	0,53	0,22	0,37	0,23	19,06	0,85	15,83

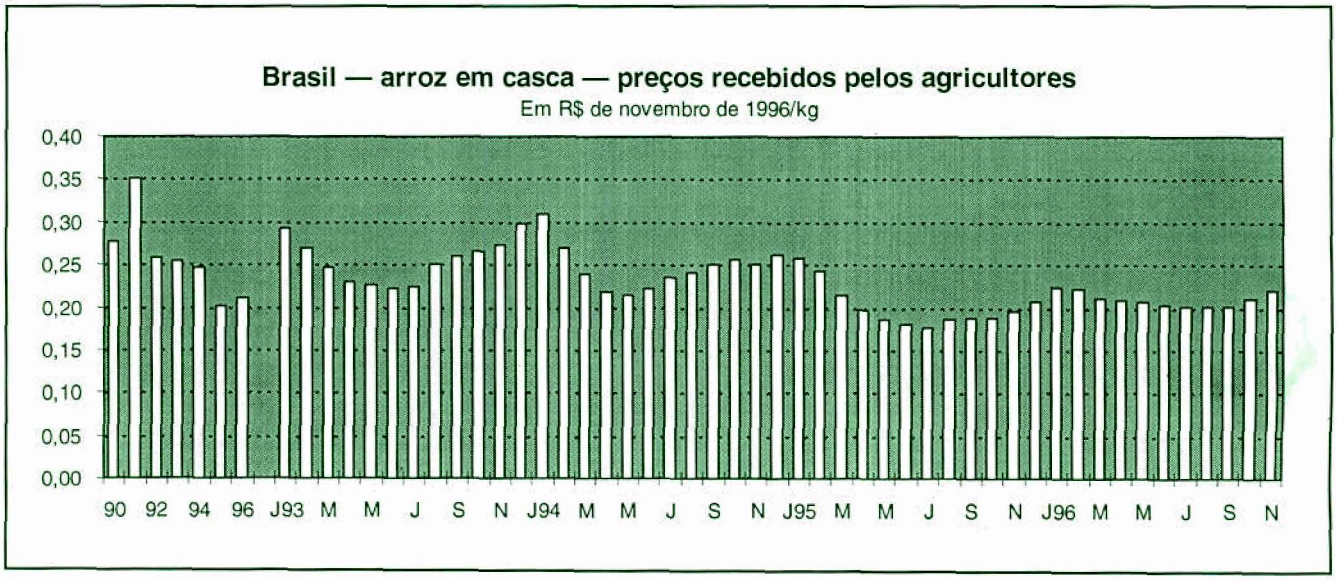
Embora os preços médios de 1996 registrem ligeira recuperação relativamente ao ano anterior, ainda se mantêm inferiores à média do período 1990-95, desestimulando o plantio da nova safra, que deverá cair pelo quinto ano consecutivo.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de novembro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (grão — kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,82	1,82	3,79	0,18	54,95	0,22	0,50	0,18
1991	0,81	1,89	2,92	0,20	65,81	0,27	0,43	0,18
1992	0,63	2,62	2,87	0,18	74,39	0,28	0,40	0,21
1993	0,79	2,35	2,27	0,18	73,82	0,28	0,37	0,19
1994	0,95	2,02	3,07	0,16	53,02	0,24	0,48	0,16
1995	0,57	1,87	2,93	0,13	74,79	0,18	0,44	0,16
1996	0,62	2,08	1,87	0,15	78,31	0,23	0,36	0,20
Nov. 94	0,85	1,91	3,49	0,16	59,46	0,21	0,60	0,16
Dez.	0,76	1,90	3,84	0,16	62,77	0,21	0,49	0,17
Jan. 95	0,69	1,95	4,16	0,15	71,06	0,21	0,33	0,17
Fev.	0,68	1,94	3,49	0,13	73,64	0,21	0,44	0,17
Mar.	0,68	1,91	3,89	0,12	76,06	0,18	0,57	0,17
Abr.	0,64	1,88	3,86	0,12	73,55	0,16	0,68	0,16
Maio	0,59	1,88	3,47	0,12	76,97	0,15	0,68	0,16
Jun.	0,52	1,87	2,85	0,12	77,69	0,15	0,68	0,15
Jul.	0,50	1,82	2,49	0,12	75,66	0,17	0,35	0,14
Ago.	0,49	1,80	2,22	0,12	75,25	0,19	0,32	0,15
Set.	0,49	1,83	2,22	0,12	70,36	0,19	0,28	0,15
Out.	0,50	1,82	2,30	0,13	74,21	0,19	0,23	0,15
Nov.	0,51	1,80	2,24	0,14	73,69	0,21	0,30	0,17
Dez.	0,55	1,93	2,02	0,14	79,34	0,22	0,40	0,17
Jan. 96	0,62	2,09	1,86	0,15	80,31	0,23	0,45	0,17
Fev.	0,60	2,17	1,75	0,15	72,49	0,22	0,40	0,18
Mar.	0,59	2,10	1,73	0,14	72,09	0,21	0,45	0,19
Abr.	0,61	2,07	1,98	0,15	74,76	0,22	0,37	0,20
Maio	0,60	2,10	1,86	0,15	77,33	0,24	0,33	0,23
Jun.	0,62	2,08	1,83	0,15	80,43	0,22	0,38	0,23
Jul.	0,62	2,04	1,81	0,14	82,13	0,22	0,36	0,23
Ago.	0,61	2,03	1,83	0,15	81,27	0,23	0,35	0,22
Set.	0,64	2,06	1,98	0,15	81,11	0,25	0,34	0,20
Out.	0,66	2,07	2,01	0,15	82,02	0,27	0,30	0,17
Nov.	0,68	2,07	1,94	0,15	77,42	0,26	0,27	0,16

Outro produto cujos preços médios em 1996 não compensaram a retração da produção. A área plantada se reduzirá pelo terceiro ano consecutivo.



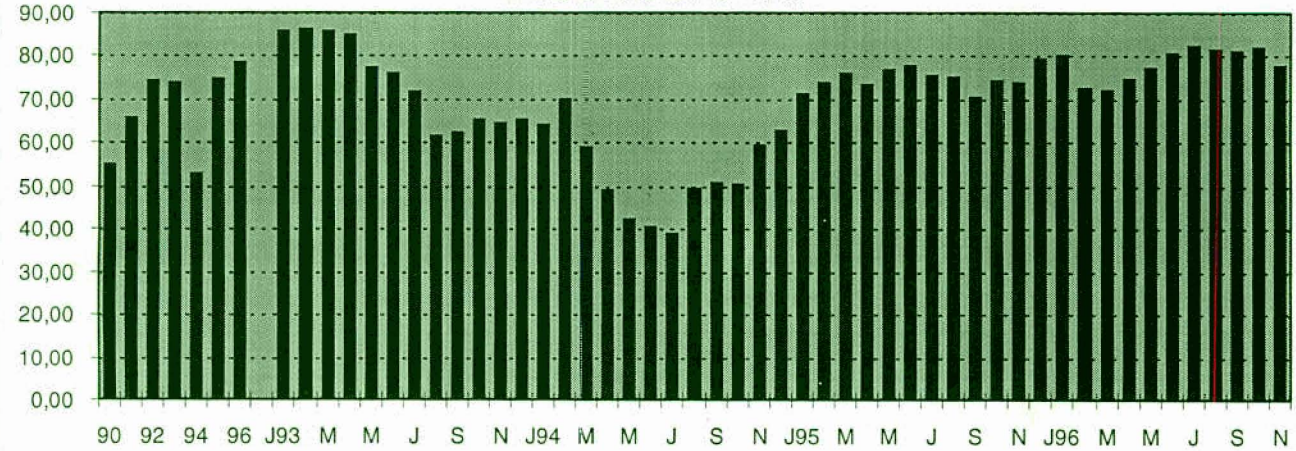
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de novembro de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,72	0,26	1,27	0,19	0,34	175,38	35,73	860,39
1991	0,42	0,22	1,05	0,19	0,30	155,34	32,93	693,78
1992	0,45	0,23	0,86	0,18	0,25	141,58	31,42	593,77
1993	0,46	0,26	0,93	0,19	0,52	152,60	33,30	633,74
1994	0,36	0,27	1,51	0,22	0,34	175,94	32,33	793,02
1995	0,50	0,27	1,78	0,27	0,46	155,63	26,29	873,58
1996	0,23	0,26	1,56	0,26	0,19	119,33	22,39	711,55
Nov. 94	0,43	0,25	1,94	0,26		200,43	37,52	1.008,56
Dez.	0,45	0,26	1,85	0,26		197,18	35,11	1.055,62
Jan. 95	0,44	0,27	1,72	0,26	0,64	186,84	30,95	998,35
Fev.	0,50	0,27	1,77	0,28	0,46	185,69	29,98	986,34
Mar.	0,48	0,27	1,85	0,30	0,54	178,13	28,60	955,03
Abr.	0,50	0,28	1,98	0,29	0,00	168,50	26,83	905,21
Maio	0,53	0,27	1,87	0,27	0,65	160,34	25,41	882,95
Jun.	0,77	0,27	1,85	0,26		148,60	24,07	849,72
Jul.	0,85	0,27	1,76	0,25		142,18	24,73	842,02
Ago.	0,61	0,25	1,71	0,25		142,36	25,56	829,78
Set.	0,51	0,25	1,77	0,26		141,93	24,94	822,20
Out.	0,34	0,26	1,73	0,29		140,72	25,08	822,46
Nov.	0,23	0,26	1,71	0,27		138,44	25,36	799,60
Dez.	0,20	0,27	1,64	0,26		133,87	24,00	789,29
Jan. 96	0,24	0,28	1,61	0,24	0,62	127,17	22,63	755,30
Fev.	0,29	0,29	1,63	0,23	0,44	123,60	22,45	743,79
Mar.	0,32	0,26	1,57	0,24	0,44	124,11	22,23	736,90
Abr.	0,32	0,27	1,55	0,26	0,58	121,64	22,05	722,82
Maio	0,22	0,28	1,51	0,26	0,00	118,14	21,38	695,49
Jun.	0,20	0,25	1,50	0,26	0,00	117,34	21,04	688,02
Jul.	0,16	0,26	1,45	0,26	0,00	116,04	21,89	689,52
Ago.	0,14	0,26	1,45	0,27	0,00	117,02	22,86	699,88
Set.	0,13	0,25	1,63	0,26	0,00	115,89	23,00	698,46
Out.	0,25	0,25	1,62	0,25	0,00	116,50	23,61	693,36
Nov.	0,23	0,23	1,59	0,28	0,00	115,16	23,16	703,49

Produto que durante alguns anos foi desprezado, tem registrado preços satisfatórios em função de uma recuperação na demanda de fécula. Prevê-se aumento da área destinada à colheita da próxima safra.

Brasil — mandioca (raiz) — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de novembro de 1996/t



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de novembro de 1996/unidade)

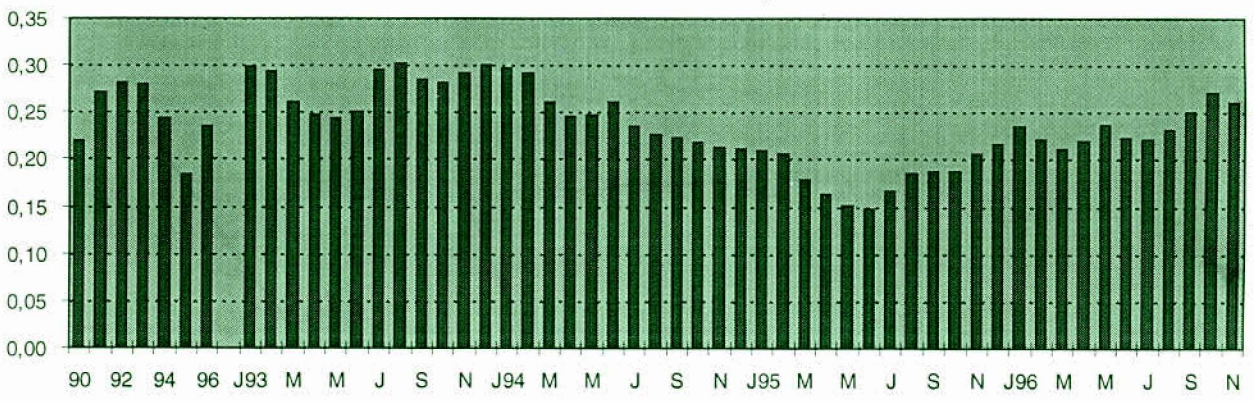
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	527,93	21,36	1,55	0,36	31,96	0,96	3,59	328,46
1991	433,78	20,43	1,32	0,34	18,87	0,84	4,21	283,95
1992	370,29	17,70	1,16	0,32	29,88	0,82	2,71	264,40
1993	394,23	19,78	1,17	0,33	24,82	0,91	2,82	277,20
1994	481,98	18,20	1,11	0,30	29,44	0,85	3,28	310,03
1995	489,39	16,49	0,91	0,31	36,47	0,69	5,56	273,62
1996	383,84	13,38	0,85	0,27	27,21	0,76	5,48	222,40
Nov. 94	589,47	21,03	1,19	0,33	35,03	0,81	3,97	357,90
Dez.	610,14	22,17	1,23	0,32	36,31	0,82	4,25	352,76
Jan. 95	570,70	21,61	1,19	0,33	38,38	0,83	4,87	324,78
Fev.	556,10	20,03	1,06	0,32	36,53	0,79	5,07	324,37
Mar.	534,93	18,82	0,93	0,31	37,50	0,74	5,21	309,20
Abr.	551,26	17,67	0,87	0,31	37,04	0,71	5,31	289,74
Maio	501,78	16,51	0,87	0,32	37,77	0,70	5,60	275,71
Jun.	466,24	15,31	0,85	0,32	36,30	0,70	5,87	258,42
Jul.	461,03	14,75	0,85	0,31	36,72	0,66	5,87	252,94
Ago.	456,11	14,86	0,90	0,31	37,30	0,67	5,82	252,19
Set.	451,92	14,91	0,88	0,31	38,50	0,63	5,93	249,73
Out.	448,38	14,67	0,81	0,30	39,65	0,62	5,89	251,78
Nov.	440,52	14,48	0,83	0,29	32,54	0,63	5,81	249,46
Dez.	433,71	14,30	0,86	0,28	29,44	0,64	5,48	245,18
Jan. 96	418,51	13,80	0,84	0,28	28,27	0,65	5,55	231,01
Fev.	404,82	13,48	0,83	0,26	28,36	0,68	5,45	228,26
Mar.	398,08	13,38	0,83	0,26	28,53	0,74	5,50	227,33
Abr.	384,50	13,08	0,83	0,27	28,65	0,77	5,59	226,11
Maio	373,80	12,67	0,84	0,27	26,63	0,78	5,42	219,38
Jun.	371,13	12,88	0,85	0,27	27,53	0,83	5,33	217,02
Jul.	374,97	13,17	0,85	0,27	26,25	0,86	5,40	218,83
Ago.	375,49	13,42	0,84	0,28	26,53	0,86	5,51	220,75
Set.	376,74	13,43	0,85	0,28	26,14	0,81	5,68	218,50
Out.	372,06	13,64	0,88	0,28	26,27	0,76	5,54	220,30
Nov.	372,09	14,20	0,89	0, 27	26,17	0,66	5,31	218,95

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

Na média de 1996, os preços da soja em grão registraram aumento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior. Não espanta, portanto, que a leguminosa seja uma das poucas lavouras cujo plantio registrará expansão.

Brasil — soja — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de novembro de 1996/kg



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 18 de dezembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de janeiro de 1997.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Dezembro 1995	Novembro 1996	1 a 16 dezembro 1996	10 a 16 dezembro 1996	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N		
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,42	10,52	10,43	10,50				10,43		10,55		10,53			10,57		↘	Políticas européias e norte-americanas perturbam o mercado, que tem consumo 1,8% ampliado ao ano.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	86,93	72,33	76,01	76,22				76,01		77,05		77,93			77,48		→	Segundo a Conab, as negociações no mercado internacional estão calmas. A tendência é de que as cotações permaneçam nos mesmos patamares até que se divulgue o relatório de oferta e demanda do USDA.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.289,74	1.334,89	1.385,00	1.376,00				1.385,00		1.406,00		1.427,00		1.448,00			↗	A revisão da posição do dólar ante a libra, a preocupação quanto ao efeito da estiagem sobre a safra de 1997 e a menor produção ganesa marcam o mercado.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	101,02	119,98	117,57	122,81	117,57			106,81		104,43		103,25		101,66			↗	Estoques nos países consumidores, principalmente nos EUA, são cada vez menores. Temperaturas baixas causaram prejuízos ainda não dimensionados no México. Disponibilidades brasileiras deverão dar sinais de aperto mais efetivo já nos primeiros meses de 1997.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Dezembro 1995	Novembro 1996	1 a 16 dezembro 1996	10 a 16 dezembro 1996	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N		
Milho two yellow US¢/ bushel	350,38	267,88	267,18	267,80	267,18			273,48		267,09		269,07		263,48			→	Na ausência de novos fatores, o mercado permanece dominado pela perspectiva de recuperação da oferta norte-americana na próxima colheita.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	718,30	678,11	698,25	698,90		698,25		693,50		691,02		691,34	689,43	673,66		662,45	→	A demanda externa vem provocando intensa movimentação nos EUA. Apesar de sua grande safra, espera-se redução nos estoques.
Soja-farelo US$/ tonelada	227,47	231,86	235,06	234,98	235,06	224,34		217,69		213,67		212,68	211,43				↗	A forte demanda chinesa vem sustentando o mercado.
Suco de laranja US¢/lb-peso	120,90	98,34	93,05	91,32		93,05		96,70		99,70		102,32		104,74		104,28	↘	A elevada produção de laranjas prevista para a Flórida continua a pressionar as cotações do suco.
Trigo soft red U$¢/ bushel	503,28	393,07	394,41	403,25	394,41			380,39		356,41		334,93		339,02			↘	Embora já se comece a falar sobre possível perda de qualidade de grande safra argentina, o acréscimo na produção mundial exerce efeito baixista.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 18 de dezembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de janeiro de 1997. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para novembro de 1996. Os preços de dezembro de 1996 são nominais.

Produtos / Preços	Dezembro 1995	Novembro 1996	1 a 16 dezembro 1996	10 a 16 dezembro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	29,46	29,05	29,58	29,57	→	A expectativa de redução na oferta mundial e também nos estoques dá sustentação ao mercado brasileiro. Entretanto, os negócios estão calmos devido à falta de produto para comercialização.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	32,84	34,30	36,00	36,00	→	O mercado tem se mantido estável mesmo durante a entressafra, devido à sua posição vendedora e à redução no consumo. O governo está atento e não deverá permitir que os preços ao produtor ultrapassem R$14,00 por saca, desovando estoques públicos e flexibilizando as importações.
Boi gordo R$/arroba	23,09	23,25	23,82	24,00	→	O mercado continua bastante ofertado em todas as regiões. Com o aumento do consumo, devido às festas de fim de ano, os preços se manterão firmes.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	136,50	129,71	130,10	132,91	→	Disponibilidade de café brasileiro deverá dar sinais de aperto logo nos primeiros meses de 1997. Os leilões do estoque oficial poderão compensar, em parte, a oferta insuficiente.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

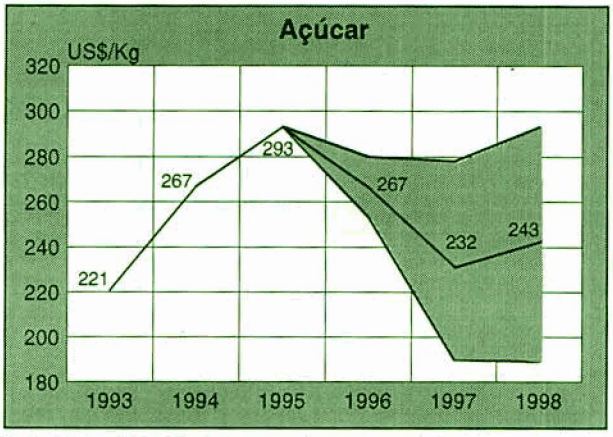
Mercado interno

Produtos \ Preços	Dezembro 1995	Novembro 1996	1 a 16 dezembro 1996	10 a 16 dezembro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	41,84	52,50	36,25	36,25	↘	Intensificação da colheita da primeira época nos estados do Paraná, Santa Catarina, e São Paulo. Mesmo com previsão de perdas de 15% na safra paranaense, o mercado deverá ficar pressionado pela concentração da oferta.
Frango vivo R$/kg	0,70	0,75	0,75	0,75	↘	A retração sazonal da demanda de carne de aves no início do ano, devido às férias escolares e à maior oferta de carne bovina, deverá influenciar negativamente o preço do frango vivo no curto prazo.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	9,20	9,08	8,35	8,15	↘	As vendas de milho às empresas consumidoras mantêm-se curtas, já que o seu nível de estoques é alto, ao mesmo tempo em que o mercado se posiciona para o início da colheita do milho precoce em janeiro.
Soja-grão industrial R$/60kg	15,07	17,91	18,16	18,21	↗	Em outubro, o estoque da soja no mercado interno chegou a 2,23 milhões de toneladas, segundo a Abiove — bem abaixo dos 3,04 milhões de outubro de 1995.

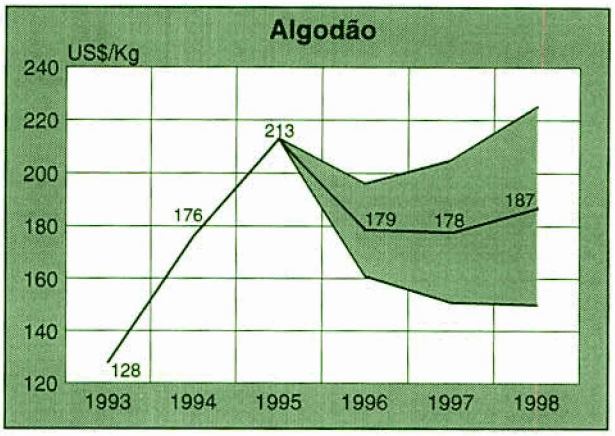
Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Previsões do Banco Mundial

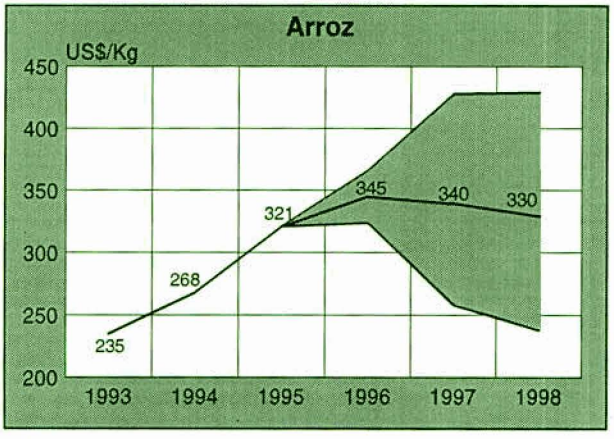
O relatório *Commodity Markets and Developing Countries*, do Banco Mundial, publicou no mês de novembro último previsões de preços de mercadorias diversas, várias delas de grande interesse para o Brasil. O trabalho apresenta análises gráficas que consideram uma distribuição de probabilidade de 70% em relação a uma tendência definida para o período compreendido entre 1993 e 1998.



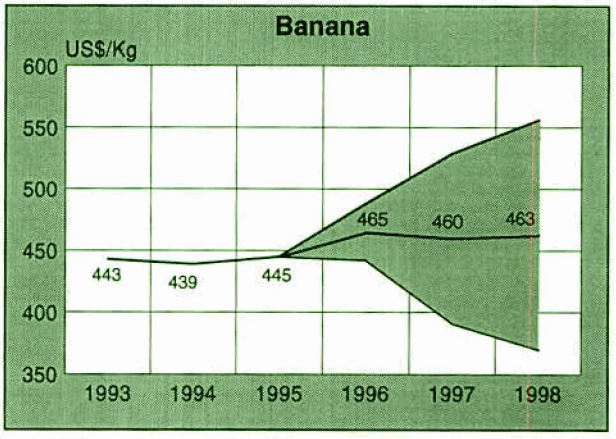
US$/t. Preço diário ISA, FOB portos importantes do Caribe.



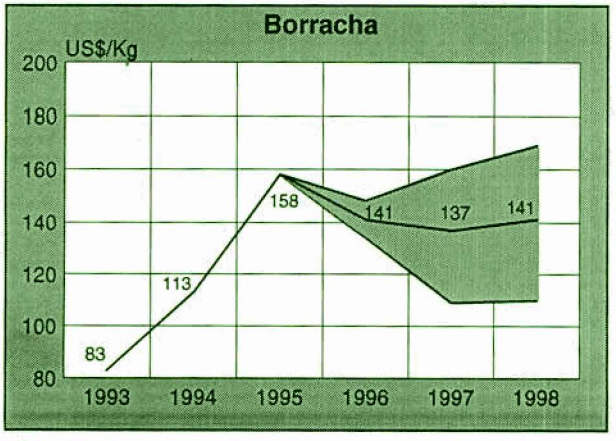
USc/kg. Produto mediano (1 3/32"), CIF Europa.



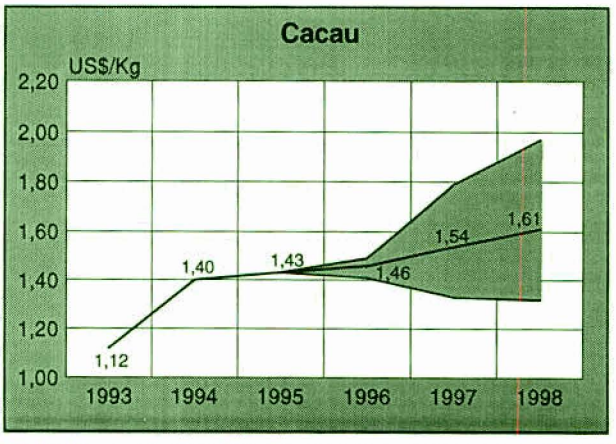
US$/t. Tailandês, branco, beneficiado, 5% quebrados, padrões do governo, FOB Bangcoc, preços de export. do Cons. de Exportação.



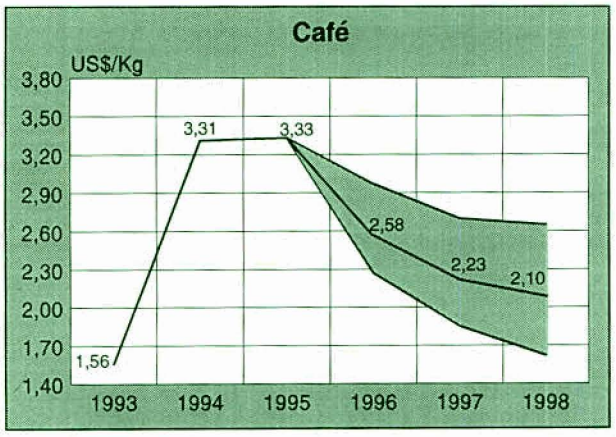
US$/t. América Central e América do Sul, 1ª qualidade, preço do importador, FOB portos dos EUA.



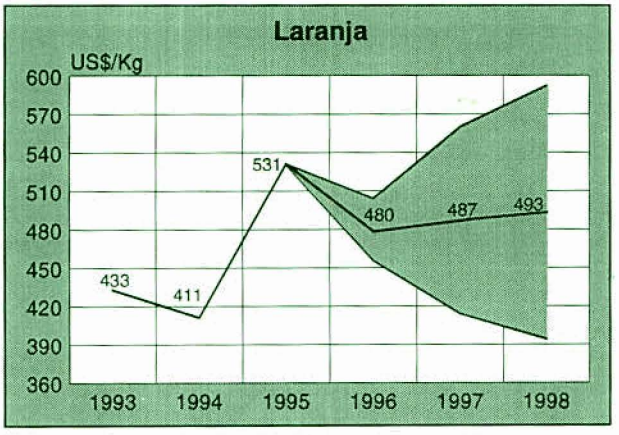
USc/kg. Qualquer origem, RSS nº 1 em sacas, *spot*, Rubber Trade Association, Nova York.



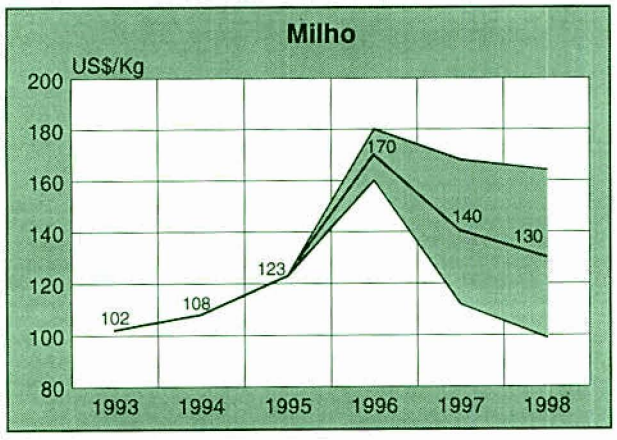
USc/kg. Preço médio diário, Nova York e Londres, três meses mais próximos dos futuros.



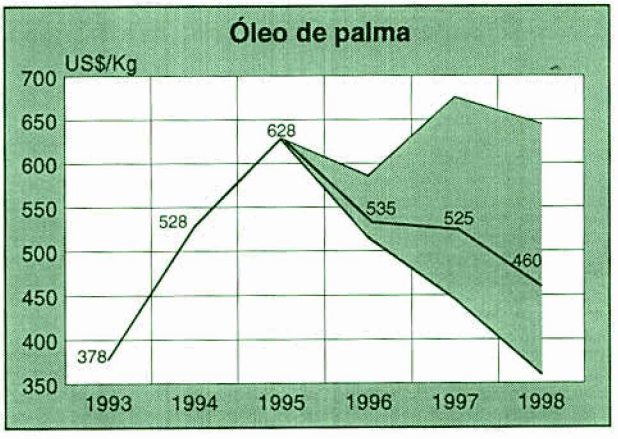
USc/kg. Preço indicativo OIC, outros arábicas, média dos mercados de Nova York e Bremen/Hamburgo, pronto embarque.



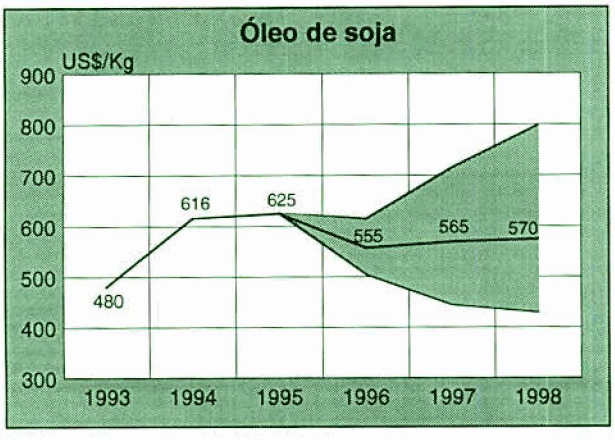
US$/t. Exportadores mediterrâneos, preço indicativo de importação da União Européia, CIF Paris.



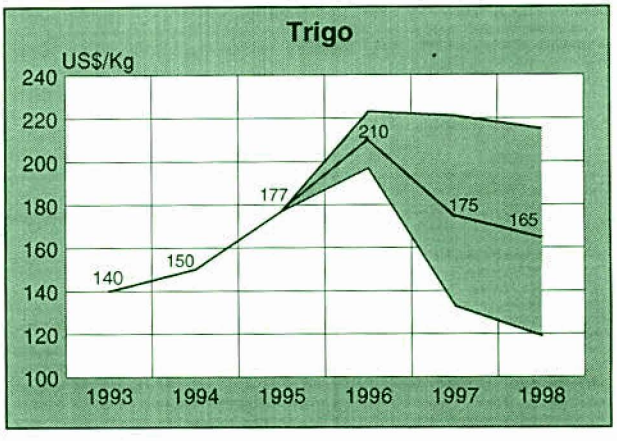
US$/t. Norte-americano nº 2, amarelo, FOB Golfo.



US$/t. Malaio, 5%, CIF Europa.



US$/t. Países Baixos, óleo cru, FOB, *ex-mill*.



US$/t. Canadense, nº 1 Western Red Spring, 13,5% armazenado em Thunder Bay.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Hidrovias — caminhos do desenvolvimento



NEWTON RICARDO REZENDE MORAES

O transporte de carga no Brasil está ainda muito centrado nas rodovias. No entanto, observamos que a expansão da fronteira agrícola vem aumentando sua distância dos grandes portos e centros consumidores, o que exige o desenvolvimento de outros modais de transportes, como a hidrovia e a ferrovia, e a utilização nacional da multimodalidade.

As empresas de transportes do mundo vêm abandonando suas características modais tradicionais para se integrarem a sistemas de prestação de serviços multimodais, haja vista que os novos processos de produção levam as empresas a trabalharem com estoques mínimos, implicando menores lotes de produtos expedidos e com maior freqüência.

Os clientes que demandam serviços de transporte de carga podem ser classificados em dois tipos:

1. Os que dependem de transporte barato, pois seus insumos/produtos têm baixo valor unitário e o custo do transporte é portanto muito significativo, como os setores de mineração/siderurgia, agrícola/agroindustrial, fertilizantes etc.

2. Os que têm transporte como custo, porém com menor significado. Somente serviços e custos competitivos de outros modais de transporte além da rodovia farão com que se interessem em utilizar a intermodalidade.

O primeiro tipo é o que nos interessa. São setores que exercem grande pressão para conseguir condições mais adequadas e modais de transporte de menor custo. Normalmente atuantes no mercado externo, para eles os custos de transporte e os portuários são relevantes para a competitividade internacional de seus produtos. Os interesses desses setores explicam a participação cada vez mais freqüente das empresas em investimentos de infra-estrutura de transporte, tradicionalmente feitos pelo Estado.

A hidrovia tem sido considerada o modal mais eficaz do ponto de vista do consumo energético, e por isso recomendada sempre que técnica e economicamente viável. Como se adapta bem ao transporte de grãos agrícolas, é adequada a áreas de influência em regiões de elevada aptidão agrícola onde se situam algumas bacias hidrográficas com extensos trechos navegáveis.

Na bacia amazônica, está em desenvolvimento a hidrovia dos rios Madeira e Amazonas — incluída entre os projetos prioritários do Programa Brasil em Ação, do governo federal —, que serve hoje ao escoamento da produção de grãos de Rondônia e do nordeste de Mato Grosso. Essa hidrovia, potencialmente um eixo estruturador do corredor multimodal de transporte Noroeste, viabiliza a intermodalidade na região, uma vez que se utilize a rodovia como alimentadora. A área de influência desse corredor corresponde à chapada dos Parecis, em Mato Grosso e Rondônia; à área de cerrados que se estende por 150km dos dois lados da BR-364; às áreas limítrofes à hidrovia e às áreas contínuas ao sul do estado do Amazonas, próximas do Acre.

O potencial agricultável estimado dessa região é de 20 milhões de hectares. Sua maior área produtora está na chapada dos Parecis, ao norte de Mato Grosso, com acesso imediato ao corredor multimodal, de cujo desenvolvimento participa a iniciativa privada. A produção da chapada tem sido escoada pela rodovia, com estradas em estado precário, até os portos sobrecarregados de Santos e Paranaguá, distantes cerca de 2.500km. Utilizando o corredor, dispõe-se da BR-364 por menos de mil quilômetros e da hidrovia, em 1.300km, de Porto Velho até Itacoatiara, no Amazonas, onde o produto será embarcado em navios. O tempo de viagem Itacoatiara—Roterdã será menor do que o de Santos/Paranaguá—Roterdã, não só pela redução da distância (praticamente menos mil quilômetros), como também por evitar a espera provocada pela sobrecarga dos portos de Santos e Paranaguá.

A implantação do corredor significa menor custo de transporte e conseqüentemente competitividade maior para o produto exportável brasileiro. No caso da hidrovia da bacia amazônica, resultará também em melhora do tráfego da Zona Franca de Manaus. Sem a cobertura de seguro, a navegação do rio é ainda precária. Parte da produção da Zona Franca segue hoje para Porto Velho, em Rondônia, por modal aéreo, onde é transferida para a rodovia BR-364.

Também parte do Programa Brasil em Ação, a hidrovia Araguaia—Tocantins tem um total de aproximadamente 3 mil quilômetros navegáveis. A implantação do transporte comercial na hidrovia está prevista pelo corredor multimodal de transporte Centro-Norte, que ligará o Cerrado Central ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão. O corredor utilizará para o transporte da carga o rio Araguaia até Xambioá, Tocantins. Lá será efetuado o transbordo da carga para caminhões que a levarão até Imperatriz, no Maranhão, daí seguindo pela ferrovia Norte—Sul e depois pela estrada de ferro Carajás até o porto de Ponta da Madeira, onde será embarcada.

A economia inicial da utilização multimodal será de 30 a 40% do custo do transporte, em relação ao transporte rodoviário até os portos de Santos e Paranaguá. Também se economizará no tempo de percurso até o porto de Ponta da Madeira, muito mais próximo do Hemisfério Norte e muito menos congestionado que os anteriores.

Ambas as hidrovias, a do Madeira e a do Araguaia, abrem caminhos para o desenvolvimento de regiões inóspitas no que se refere aos transportes.

Newton Ricardo Rezende Moraes é técnico em infra-estrutura do BNDES e professor da Faculdade Moraes Júnior.

Depois de 9 anos, o Brasil será novamente o anfitrião de uma reunião da comunidade cafeeira mundial.

Hotel Sheraton, Rio de Janeiro de 20 a 22 de janeiro de 1997



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ 1997

Mudanças importantes estão acontecendo na economia cafeeira brasileira. O consumo nacional dobrou e até o ano 2000 poderá atingir 15 milhões de sacas. O novo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) irá definir a estratégia brasileira. O setor privado detém 50% do poder de voto.

Quais são os planos de ação do CDPC?

O que os consumidores esperam do Brasil?

Quais são as perspectivas da oferta e da demanda mundial?

Qual é a tendência do preço do café?

Essas e muitas outras questões serão extensivamente discutidas e apresentadas pelo Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e por membros do CDPC, representantes de outros países produtores, torradores e membros de casas comerciais líderes.

O Seminário Internacional do Café com o apoio do MICT, ABIC, ABICS, FEBEC, CNA, CNC, da BMF, do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, da Bahia, da Associação Comercial de Santos, da Associação Brasileira do Speciality Coffee, da Caccer, da revista Tea & Coffee e da Reuters, será realizado no Hotel Sheraton, Rio de Janeiro, entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1997.

APOIO

FOLHA
Não dá pra não ler.

RIO 2004

PATROCÍNIO

BANCO DO BRASIL

BM&F

ABIC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ

REALIZAÇÃO

InterNews

Vagas limitadas
Ligue hoje mesmo para (011) 816-1596

+ de 60% da Área Vendida



AGRISHOW 97

4ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação

28/4 a 03/5 - Ribeirão Preto/SP

Participe da maior Feira Agrícola da América Latina

Informações Tel.: (011) 5582.6397 / 5582.6398

Cia. de Idéias